

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO E CONTINUADA NO DIA 6 DE
MARÇO DE 2007.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E SETE** -----

----- No dia 6 de Março de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rosa do Egipto, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Lopes Leal, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias

Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Luís Borges da Silva, Carlos Alberto Rebelo da Costa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Sílvia Mota Lopes, Pedro Miguel Alvarez Gamito Cruz Santos, Manuel Fernando Dias de Almeida, América da Conceição Ribeiro Coelho, Ana Patrícia de Lamy Barreiro, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Carlos Manuel Cardoso da Silva, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Nuno Maria Bonneville Van Uden, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, Emília Cristina Antunes Serra, Rui Manuel Santos Matos Alves, Alexandre Frank, Luís Jorge Morales de Los Rios Coelho e Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Alexandre Ribeiro Valente, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, João Miguel Martins Ferreira, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina e Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, tendo sido substituída na presidência da Mesa pelo Primeiro Secretário e no Plenário pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Borges da Silva. -----

----- Rodrigo Jorge Moctezuma Pinto Leite (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Dias de Almeida. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Lamy. -----

----- José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----

----- Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal América Coelho -----

----- José Ribeiro Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Helena Ribeiro. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gonçalves Pereira. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Bonneville Van Uden. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Emília Cristina Serra. -----

----- João Gordo Martins (PEV), primeiro candidato não eleito do Partido Ecologista “Os Verdes”, comunicou não poder substituir o Deputado Municipal José Luís Ferreira na presente sessão. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Maria Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Miguel Cruz Santos. -----

----- José Joaquim Vieira Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- José Filipe Mendonça Athayde de Carvalhosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, por Alexandre Frank. -----

----- João Mário Amaral Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Vieira da Silva. -----

----- Ermelinda Lopes da Rocha Brtito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Maria de Lurdes Pinheiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, por Carlos Silva. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião, dando, de seguida, as seguintes informações: -----

----- Que estava a assistir ao início da sessão uma delegação da Assembleia Municipal de um dos concelhos de Seul, para a qual pedia, em nome da Assembleia Municipal de Lisboa, uma salva de palmas de boas-vindas. -----

----- (Neste momento, os Deputados Municipais da AML saudaram de pé, com uma salva de palmas, a delegação coreana.) -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA Nº 576/2006 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO PARA A ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DESTINADO À CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NECESSÁRIOS AOS VÁRIOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO APROVAR O PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS E A DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO E DELEGAR NO MESMO A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DOS ART.ºS 18.º E 22.º DO DEC-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE se iria abster na votação da proposta, à semelhança da posição que vinham tomando em circunstâncias idênticas. -----

----- A solução de abrir um concurso, neste caso público internacional, para a prestação de serviços de limpeza não era a única solução possível para esse tipo de serviços. Para além de não ser a única solução possível, havia dúvidas que fosse a melhor e até a mais económica para a Câmara. -----

----- O valor previsto para o concurso era de 8.700.000 euros sem IVA, 10.500.000 euros com IVA. Parecia-lhe que valeria a pena fazer uma comparação com uma solução de prestação de serviços por funcionários da própria Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a proposta nº576/2006 tinha em vista um programa de concurso e respectivo caderno de encargos para a contratação da aquisição da prestação de serviços de limpeza necessários aos vários serviços municipais. Não estando obviamente em causa a necessidade da intervenção, solicitava um conjunto de esclarecimentos prévios. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que, no processo, a questão chave era o facto dos documentos que foram entregues referirem que os anexos 2, 5 e 8 se encontravam disponíveis em suporte magnético, mas esse CD não fora distribuído. Assim, não se conseguia analisar os planos, as áreas, a periodicidade dos serviços a contratar, nem as notas justificativas do preço da proposta base e suas variantes. -----

----- O programa também não indicava a forma de publicitação do concurso. -----

----- Quanto ao critério da adjudicação, na página 18 era dito que “a selecção será feita pelo mais baixo preço por lote”. -----

----- Em primeiro lugar, esse factor seria obviamente insuficiente se não fosse complementado por outros critérios, como por exemplo da adaptação do número de meios humanos envolvidos, da tipologia dos equipamentos técnicos a utilizar, anexo 6, os tempos de execução e a sua periodicidade para cada peça, ou seja, cada lote em concurso. -----

----- Daí que, em segundo lugar, o critério que mais se impunha deveria ser não o do preço mais baixo, mas sim o da apresentação da proposta mais vantajosa. O preço oferecido para adjudicação podia ser mais baixo e a qualidade dos serviços estar longe de cumprir os requisitos mínimos do caderno de encargos. -----

----- Depois, nem sequer era apresentada uma fórmula de avaliação dos critérios e respectivos factores de ponderação, pelo que, com essa indefinição, se transferia para o júri do concurso a total responsabilidade da apreciação dos concorrentes. Mais, esse júri era nomeado, aparentemente, para todas as obras do concurso, sem ser feita qualquer distinção entre a comissão de abertura das propostas e a comissão de análise dessas propostas, como, aliás, estava previsto no Decreto-Lei nº 197/99. -----

----- Também a grelha sugerida pela empresa Delloite para os relatórios da posterior avaliação da limpeza dos edifícios, anexo 9, se baseava em meros critérios qualitativos e estritamente subjectivos, pelo que, sem especificações concretas, era provável que cedo ou tarde os departamentos se viessem a queixar de um deficiente desempenho dos serviços de limpeza. -----

----- Em conclusão, reafirmando que jamais estava em causa a indispensabilidade da limpeza aos edifícios e às instalações camarárias, mas considerando que esse concurso era omissivo em relação a algumas das normas do Decreto-Lei 197/99, solicitava o esclarecimento para as dúvidas colocadas. Dessa explicação resultaria o sentido de voto do PEV. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 576/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP e CDS-PP, votos contra do PEV e abstenção do BE. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 577/2006 – APROVAR A NOVA ALTERAÇÃO DO PONTO 4 DA DELIBERAÇÃO Nº83/AM/2005 (PROPOSTA Nº 354/CM/2005), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que não se tinha recebido na Câmara, nem agora na Assembleia, a fundamentação dos estudos que conduziram à proposta de redução de 25% para 12.5% da compensação da EMEL à Câmara, nem a fundamentação da criação dos escalões que eram incluídos. Nada justificava essas alterações. -----

----- Os recentes e brutais aumentos no estacionamento, mais as novas regras de estacionamento, eram medidas muito benéficas para a EMEL e más para a Cidade. Para quem era vantajosa essa situação? Para a Câmara Municipal e para a Cidade não era. Quais eram as contrapartidas para a Câmara? -----

----- A proposta não esclarecia essas questões, a Câmara também não e por isso o PCP iria votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que a proposta era construída na base de uma lógica que procurava responder a uma situação de uma empresa municipal com um determinado objecto e que, enquanto empresa municipal, se afigurava como podendo vir a ser uma empresa exactamente igual às outras empresas privadas existentes no âmbito do estacionamento. -----

----- Não havia na proposta um único aspecto que permitisse distinguir a empresa de estacionamento municipal de uma empresa de estacionamento privada. A única coisa que era susceptível de fazer essa distinção era o facto de se tentar estabelecer uma renda que era transferível para a Câmara Municipal. -----

----- Do ponto de vista dos objectivos não havia rigorosamente diferença nenhuma e aí começava, desde logo, a discordância de fundo do BE em relação a essa matéria. Tratava-se de uma proposta que era construída para uma empresa municipal de estacionamento, inserida num sector de uma política de mobilidade na Cidade relativamente à qual essa empresa não tinha nada a ver. -----

----- Não havia na proposta nenhuma dimensão de ligação do estacionamento na Cidade com uma política de mobilidade na Cidade, com uma política de transportes na Cidade. Toda a perspectiva era orientada para transformar a empresa municipal EMEL numa empresa o mais lucrativa possível, tal como uma empresa de estacionamento privada o

seria quando definisse os seus próprios objectivos de gestão. Isso era um anacronismo completo, aquilo que presidia à criação de uma empresa municipal de estacionamento era dessa forma completamente subvertido, porque do ponto de vista dos objectivos de gestão o que estava colocado nesse famoso plano de negócios era um objectivo de angariar o lucro máximo, o maior resultado líquido que fosse possível alcançar. -----

----- O BE estava totalmente contra essa lógica empresarial e por isso se opunha à criação de uma empresa municipal de estacionamento, porque em vez de ser um instrumento da Câmara para uma política de mobilidade na Cidade, para gerir uma política de mobilidade na Cidade, para financiar uma política de transportes na Cidade, nada disso acontecia com essa empresa municipal de estacionamento no famoso plano de negócios. -----

----- O plano de negócios da EMEL não tinha uma única linha que permitisse relacionar o objectivo da política de estacionamento da empresa com o objectivo da política de transportes da Câmara na Cidade, ou com o objectivo da política de mobilidade na Cidade ou na Região Metropolitana de Lisboa. -----

----- Essa lógica empresarial, que rompia completamente a unidade que deveria haver entre uma política de estacionamento, a política de transportes e a política de mobilidade na Cidade, essa lógica levava o BE a estar frontalmente contra o próprio objectivo de gestão que a proposta 577 inseria no seu articulado. -----

----- O que o BE vinha defendendo a esse propósito, aliás, já o fizera por mais de uma ocasião, era que a gestão do estacionamento na Cidade de Lisboa devia estar articulada com uma política de mobilidade para a Cidade de Lisboa. Todos sabiam existirem graves problemas no financiamento dos transportes públicos na Cidade de Lisboa e continuava-se de costas voltadas entre a política de estacionamento e a política de transportes na Cidade de Lisboa, pela simples razão que aquilo que deveria existir, que era o financiamento cruzado entre o estacionamento pago pelas pessoas de forma privada e o financiamento do transporte público, para dar consistência e unidade à política de transportes na Cidade de Lisboa, não existia porque o actual partido maioritário na CML continuava a olhar para os transportes e para a mobilidade como o parente pobre das políticas urbanas e, sobretudo, como uma política que devia ser reservada às entidades privadas e não às entidades públicas e às políticas públicas. -----

----- Nessa perspectiva, era mais uma oportunidade perdida para reorientar a política de estacionamento na Cidade de Lisboa e para compatibilizar com a política de mobilidade e de transportes na Cidade de Lisboa. -----

----- Outro aspecto em que queria esclarecer a razão da oposição do BE era que as empresas municipais, qualquer que fosse a opinião que pudessem ter sobre as mesmas, não tinham que ter como objectivo de gestão os mesmos objectivos que as empresas privadas. Não se fazia uma empresa municipal com o objectivo de dar o lucro máximo. Fazia-se, eventualmente, uma empresa municipal para agilizar a gestão e a capacidade de intervenção da Câmara em determinado sector de actividade, não para que essa intervenção tivesse o lucro máximo, mas para que os serviços públicos, para que as pessoas que acorressem à Cidade fossem o mais bem servidas possível através dos serviços que essas empresas municipais, em tese, deveriam assegurar. -----

----- Os objectivos só seriam iguais em termos de gestão, e aí outro aspecto que queria chamar a atenção, se a perspectiva era vir a privatizar as empresas municipais e entregá-las ao capital privado. Quando deixasse de haver qualquer diferença do ponto de vista da gestão e dos objectivos estratégicos da gestão entre uma empresa municipal e uma empresa privada, não havia nenhuma razão substantiva para manter essa empresa municipal no âmbito municipal. Mais valia privatizá-la, porque a Câmara ainda ganhava algum dinheiro com o assunto. -----

----- Essa lógica estava profundamente errada, que não tinha a ver com a própria natureza que presidira à formação das empresas municipais. Essa era a segunda razão porque o BE estava contra a proposta, em particular contra o facto de se vir a alterar a repartição da renda que existia até agora, de 25 para 12.5% do volume de negócios da empresa. -----

----- Aliás, continuando na lógica desse raciocínio, como o BE achava que o objectivo de gestão estratégico de uma empresa como a EMEL não devia ser o lucro, se uma empresa viesse a dar um resultado positivo o que a Câmara devia fazer era obrigar essas empresas a entregar todo o resultado positivo, porque quando a Câmara decidia criar uma empresa municipal não deveria ter como objectivo atingir o lucro máximo, mas se essa empresa pudesse dar resultados positivos, então, o lógico seria afectá-los ao funcionamento da Câmara e eventualmente também aos trabalhadores. -----

----- Finalmente, a proposta de eventual distribuição de 15% dos resultados positivos aos trabalhadores, no actual contexto, aparecia como uma espécie de rebuçado para dourar a pílula. O princípio da atribuição de prémios aos trabalhadores, na sua opinião, escondia o princípio da atribuição de prémios aos gestores, que não vinha referido mas que ficariam tão legitimados como os trabalhadores para receber o prémio de 15%. Esses prémios de grandeza não eram da mesma forma de grandeza que os dos trabalhadores e era querer legitimar a atribuição desses prémios, bastante mais relevantes, aos futuros administradores que viessem a estar à frente da EMEL, quando o exercício económico de cada ano o permitisse. Era uma forma encapotada e pouco transparente para justificar a atribuição desses prémios de gestão e se a Câmara queria legitimar a atribuição desses prémios, a única coisa que tinha que fazer era assumi-lo de forma transparente e propor a atribuição de prémios aos administradores das empresas que atingissem determinados lucros no seu exercício. -----

----- Isso não mudava a opinião do BE relativamente a essa matéria, mas pelo menos tinha a vantagem de tornar as coisas mais transparentes para todos. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que tinha estado a pensar como se devia dirigir à delegação coreana, mas depois olhara e tinha verificado que já lá não estavam. Parecia-lhe que quando começara a falar o Deputado Municipal Heitor de Sousa eles tinham ido embora. -----

----- De facto, dava a impressão que se estava noutro mundo. Ouvir o Deputado Municipal Heitor de Sousa era estar noutro mundo, se calhar no mundo dos sul-coreanos, mas não era estar seguramente em Lisboa. O que tinha dito não fazia qualquer tipo de sentido, era só vontade de dizer mal, de destruir, de não ter sequer a mínima capacidade para relacionamento de coisas que eram tão evidentes. -----

----- Discutir que a proposta devia viabilizar os transportes colectivos em Lisboa, como é que isso era possível se os transportes em Lisboa não tinham nada a ver com a Câmara? -----

----- Primeiro tinha que se convencer o Governo a que os transportes colectivos, o Metro, a Carris, etc., pertencessem à gestão da Câmara, o que era uma coisa bastante complicada, ou então arranjava-se um esquema esquisito. -----

----- A proposta não tinha nada ver com isso. A proposta era uma forma diferente, que lhe parecia lógica, de repartição de lucros que se assumiam como sendo um objectivo e ter lucros, mesmo numa empresa municipal, era uma boa ideia, não era ter prejuízo. Essa era uma boa forma de repartir esses lucros, além de todo o trabalho que a EMEL vinha a fazer. Todos sabiam qual fora o percurso da EMEL e as dificuldades que a EMEL tivera desde a sua origem, as grandes preocupações que tinha dado à Assembleia e à Câmara. Parecia estar agora no bom caminho e dentro de uma definição correcta. -----

----- Não se estivessem agora a baralhar as coisas. Não se viesse dizer que em relação aos 15% que se pudesse atribuir até ao máximo de um salário aos trabalhadores, que era uma forma encapotada de vir a dar um prémio aos administradores, quando a proposta dizia expressa e claramente que estavam excluídos dessa situação os próprios administradores. Não se tentasse enganar as pessoas, porque de facto era o que estava escrito. -----

----- Parecia-lhe uma belíssima ideia, e dava os parabéns à Senhora Vereadora Marina Ferreira, enquadrar a forma de comparticipação para a Câmara naquilo que eram patamares de resultados operacionais. Se os resultados operacionais fossem maiores, era mais estimulante para a Câmara, era mais estimulante para a EMEL e, de acordo com isso, aquilo que era o benefício da própria Câmara seria tanto maior assim. -----

----- Obviamente, os resultados financeiros de uma empresa que era totalmente de capitais municipais, eram para a Câmara ou para ela própria, no sentido de valorizar os serviços prestados, não havia outra alternativa. Talvez amanhã se conseguisse encontrar um caminho em que os transportes públicos que operassem na Região Metropolitana de Lisboa, como chegara a admitir o próprio Deputado Municipal Heitor de Sousa, viessem a ser geridos pela Câmara Municipal, mas isso parecia-lhe uma situação bastante remota, até porque as várias tentativas feitas nesse sentido foram todas goradas, mas se isso viesse a ser considerado, então que se considerassem formas de financiamento desses transportes. Neste momento era uma obrigação do Estado, as empresas eram estatais e era o Governo que tinha que arranjar formas de financiamento dessas empresas, no sentido de prestarem o melhor serviço à população e, se possível, serem rentáveis. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que começava com uma pequena piada que os representantes que tinham estado na reunião com os colegas de Seul entenderiam, que era o não haver dúvidas de que o Parlamento da Cidade tinha direita e esquerda. Se alguma dúvida houvesse, ela tinha começado a ser demonstrada pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, tinha continuado a ser demonstrada um pouco pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves e seria com certeza

demonstrada por si. Felizmente que havia também representação à direita, ou era uma chatice, porquê? -----

----- Porque de facto aquilo que o Deputado Municipal Heitor de Sousa ia dizendo não correspondia à lógica que entendia para as empresas municipais e especificamente para a EMEL, que era disso que se estava a falar. -----

----- Como sabiam, o CDS-PP tivera responsabilidades na gestão da EMEL no anterior mandato e orgulhava-se muito dessa responsabilidade, porque considerava que os resultados conseguidos foram positivos. Orgulhava-se também de, felizmente, continuar a ter alguma relação com essa empresa e dessa empresa representar de certa forma aquilo que era um claro exemplo bem sucedido de cooperação entre forças políticas que até tinham em determinados momentos interesses e ideologias ligeiramente diferentes, mas que quando atingiam a necessidade da resolução dos problemas acabavam por se entender naquilo que era essencial. -----

----- A EMEL era um bom exemplo de um conjunto de actuações que a vinham conduzindo no bom caminho. -----

----- A preocupação com a política operacional do estacionamento não estava no documento e isso era evidente. Essa fora objecto de outros documentos que já tinham sido aprovados, outros viriam com certeza e seriam discutidos, aprovados ou não, era essa a regra da democracia, mas não era claramente aquilo que estava em discussão agora. -----

----- Quanto à crítica de que não se entendia, ninguém sabia, ninguém explicava como esses valores tinham sido encontrados, qual o seu impacto, resultante da actividade da empresa, isso estava absolutamente claro num documento que se chamava, se não estava em erro, “Plano de Negócios para os Próximos 5 Anos”, que fazia uma análise exaustiva do comportamento económico-financeiro da EMEL perante vários cenários e já com o cenário que agora era proposto. O impacto da medida era claramente visível aí, de uma forma como nunca fora. -----

----- Quanto á preocupação de maximizar o proveito, parecia que à esquerda a preocupação era maximizar o proveito da Câmara e deixar para a EMEL o ónus de fazer as despesas. Era isso que o PS, na maioria finda em 2001, tinha lançado. No início a EMEL tinha que pagar 50% das suas receitas à CML e com certeza ficaram muito satisfeitos porque a Câmara ficava rica com isso, mas a EMEL ficou falida e depois a CML teve que lá pôr o dinheiro que tinha tirado. Isso parecia uma coisa evidente, mas para algumas cabeças não parecia ser. -----

----- Se a lógica era maximizar a Câmara, então que fossem os 100%, a Câmara que ficasse com tudo. A EMEL depois trabalhava não sabia com quê, pagava as contas não sabia com quê e a Câmara teria que lá pôr o dinheiro. -----

----- Dizia também o Deputado Municipal Heitor de Sousa, e era um pouco o espelho do pensamento ao lado esquerdo, que não era para ter lucro e se tivesse lucro, que coisa tão dramática, esse lucro ia todo para a Câmara. A pergunta que fazia era, então, como é que se financiava a renovação do equipamento, como é que se auto-financiava a promoção dos trabalhadores, ou as novas tecnologias. Talvez recorrendo ao crédito, a Câmara ficava com os proveitos e a EMEL ficava com as dívidas. Era isso que tinham

encontrado ao chegar lá e era nisso que a EMEL se tornara com o mandato da maioria de esquerda. Um passivo colossal e a Câmara nem recebia os 50%, porque a EMEL não tinha dinheiro para lhe pagar. Tivera que perdoar a dívida e incorporar isso em capital. Eram mentiras, só cosmética. Se assim queriam continuar, não era essa a posição do CDS-PP e votaria contra ela. -----

---- Quanto aos trabalhadores, também achava que era um rebuçado. Aliás, ao discutir essa proposta internamente dera a opinião de que essa alínea não fazia muito sentido. Em termos formais, não tinha que estar ali. No entanto, com certeza que os trabalhadores da EMEL agradeciam esse rebuçado e, portanto, estar ali ou noutra deliberação qualquer, os trabalhadores não seriam esquisitos. -----

---- Quanto à afirmação final, era mais uma vez uma daquelas afirmações que irritavam solenemente: Quando viesse uma proposta para dar 1,5,10,20 ou 30% aos administradores da EMEL, nessa altura discutiriam isso e cada um tomaria as posições que tivesse que tomar. Neste momento estar já a tentar desvalorizar uma proposta, que até era um bombom e os trabalhadores agradeciam, tentar desvalorizar a proposta imaginando já uma malandrice para justificar o meter ao bolso desses perigosos capitalistas administradores da EMEL, lamentava mas não era essa a forma de fazer política do CDS-PP. Era uma forma muito incorrecta de fazer política. -----

---- Declarava desde já que prémios a administradores que não tivessem que ver com o seu desempenho, com resultados da empresa, se oporia. Tentar desvalorizar uma proposta que tinha valor e que era útil, com fantasmas criados sabia-se lá como, isso não era bonito e não era correcto. -----

---- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, mesmo sem querer, acabara por ir exactamente ao centro da sua intervenção e isso era o que os separava. Ainda bem que o Deputado Municipal Victor Gonçalves tinha notado isso na sua intervenção. -----

---- O que os separava na proposta era uma política de mobilidade para a Cidade, que não tinha nada a ver com a política de estacionamento na Cidade de Lisboa, que vinha sendo construída numa lógica de privatizar o espaço público, pôr as pessoas a pagar pelo espaço público. -----

---- A lógica do BE de utilização do espaço público na Cidade de Lisboa era libertar o espaço público dos carros em cima dos passeios, libertar o espaço público dos empreendimentos privados, libertar o espaço público das obras que limitavam o acesso das pessoas, que dificultavam o acesso dos cidadãos com mobilidade reduzida, etc. A lógica do BE era exactamente contrária à lógica de gestão que o PSD tinha vindo a introduzir na Câmara. -----

---- Para o BE, falar de política de estacionamento era, antes de tudo, falar de política de mobilidade e definir uma política de mobilidade para a qual a política de estacionamento era um instrumento, como a política de transportes era um instrumento da política de mobilidade. -----

---- O BE não separava aquilo que as pessoas pagavam para estacionar à superfície na Cidade de Lisboa com uma política de mobilidade na Cidade, ou com o financiamento das políticas de transportes. O BE defendia que os operadores de transportes na Cidade

de Lisboa fossem municipais. No programa eleitoral do BE estava a ideia de que a Carris e o Metro deviam ser empresas municipais, fundidas numa só, num único operador de transportes municipal urbano na Cidade de Lisboa. Como achavam que essa ideia ia frontalmente contra a lógica de privatização do espaço na Cidade de Lisboa e uma ideia que estava fundamentalmente a favor de uma nova política de mobilidade na Cidade, era por essa razão que defendia uma política completamente contrária à proposta em apreciação. -----

----- O Grupo Municipal do BE tinha também uma grande virtude, que era integrar a memória e os ensinamentos daqueles que estiveram no passado na Assembleia. Como lhe tinha dito o Deputado Municipal Carlos Marques, uns anos antes tinha sido feito um estudo muito bonito que justificava a entrega de 50% dos resultados à CML, depois tinha vindo um que justificava 25%, agora este justificava 12.5%. Para quando haveria um estudo que chegasse à Assembleia, também muito bem feito, e que dissesse 0.5% de receitas para a CML? -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a proposta se inseria na estratégia da Câmara Municipal para construir o tecto da mobilidade em vez de construir os seus fundamentos. O PCP tinha-o dito aquando da discussão dos aumentos terríveis, que causavam hoje a revolta na população da Cidade e continuaria a dizê-lo. -----

----- Estava-se a preparar o terreno para uma empresa omnipresente, que não tinha nada a ver com a função social, com uma empresa municipal a actuar no sentido da melhoria das condições de vida e neste caso de mobilidade na Cidade de Lisboa. -----

----- Não havia fundamentação para a redução de 25 para 12.5% na compensação da EMEL à CML, como não havia explicação e fundamentação e não era o Plano de Negócios, não viessem com esse instrumento tecnocrático, era a fundamentação clara, à luz de uma perspectiva que tivesse em conta a Cidade de Lisboa, a população e todos aqueles que vinham para Lisboa todos os dias e que precisavam de estacionar os seus transportes. -----

----- Não havia uma visão de melhoria de condições na articulação com a Área Metropolitana, havia uma intenção de fortalecer uma empresa que era já repressiva, que ia no caminho da ilegalidade ao multar e a perseguir, como o fazia, na Cidade de Lisboa. Era nesse sentido que a Câmara trabalhava, ou seja, ao contrário dos interesses da Cidade e daqueles que trabalhavam em Lisboa. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra, disse que trazia uma intervenção escrita para apresentar sucintamente aquilo que era o modelo proposto para a compensação que era devida pela EMEL à Câmara todos os anos. No entanto, face à multiplicidade de intervenções que tinham sido produzidas, guardaria a intervenção escrita e tentaria entrar um pouco no discurso do encoberto que tinha sido feito. -----

----- Sabia que os portugueses tinham a tendência sebastiânica de tentar ver sempre para além do nevoeiro e o que tinha sido feito era um pouco o exercício de tentar tapar o sol com o nevoeiro, as nuvens, as luas e tudo o mais que houvesse para tapar. Tudo o que tinha sido discutido não tinha rigorosamente nada a ver com a proposta em discussão. --

----- O Deputado Municipal Heitor de Sousa, com o pensamento abrangente, integrado e global que lhe era característico, pretendia que através do modelo de compensação da EMEL se discutisse a política de transportes de Lisboa, a política empresarial da Câmara e quiçá do País. Porque não discutir também a OTA, o TGV, o atravessamento do túnel da Mancha, uma vez que se estava a falar de redes transeuropeias? -----

----- Tinha imensa pena, mas estava-se mesmo só na Rua da Betesga, não estavam com essa magnitude toda, apesar de noutros fóruns, noutros parlamentos, em várias línguas, esses temas poderem ser discutidos. -----

----- Estava-se a discutir uma coisa muito miudinha e daí que a grandeza da intervenção do Deputado Municipal Heitor de Sousa se perdesse um pouco, como era compreensível, quando se estava a discutir uma questão de impacto tão reduzido. -----

----- O que se estava a apresentar, que tinha sido já apresentado em Câmara, era a forma como as empresas municipais se deviam relacionar do ponto de vista financeiro com a Câmara. O que se propunha, tal como já se propusera noutros contratos que tinham vindo à Assembleia, era que houvesse uma total transparência e clareza nas relações financeiras entre o Município e as empresas municipais, no caso a EMEL. -----

----- Mais, propunha-se um modelo que não era assente em cálculos arbitrários, como sempre fora feito no passado e recordava que tinha começado por ser fixada uma compensação de 50%, que fora pelo menos duas vezes reduzida para 25% e que nunca se tinha conseguido alcançar esse resultado, porque sempre a EMEL apresentara prejuízos, excepto durante o período do anterior mandato. -----

----- Era importante frisar isso, porque o que se tinha estado a discutir no passado, e se calhar o Deputado Municipal estava esquecido, apesar da boa memória, porque dada a abrangência das suas preocupações era natural que lhe escapassem esse pequenos detalhes, o que tinha acontecido sempre era que nunca a EMEL pagara compensações à Câmara, porque a relação entre o trabalho e proveitos da EMEL e aquilo que tinha que pagar à Câmara entrava sempre em endividamento e constituía sempre um ónus para a empresa, um ónus para o investimento, um ónus para os trabalhadores, um ónus para a Cidade. Portanto, pela via do modelo de compensação não se permitira que a EMEL prestasse à Cidade o serviço tão bom quanto seria de prestar. -----

----- Isso não era dito apenas por si. Se o Deputado Municipal Heitor de Sousa tivesse oportunidade, poderia verificar inúmeros relatórios da Inspeção-Geral de Finanças e do Tribunal de Contas feitos sobre a EMEL e que diziam rigorosamente isso. Diziam isso antes de lá estar, não estava a defender a sua dama, estava a defender o que entidades independentes disseram sucessivamente, ano após ano, a propósito do modelo de compensação. -----

----- O modelo ia mais longe ainda, porque visava premiar e reflectir a boa parceria entre a Câmara e a EMEL, fazendo oscilar de uma forma matemática e transparente aquilo que eram as receitas da EMEL e a compensação à Câmara. Ou seja, não fazia sentido a Câmara estar a exigir um dinheirão de compensação à EMEL se esta não tivesse condições para ter receitas que permitissem satisfazer esses compromissos. Esse era um passo no bom sentido, era um passo na transparência das relações financeiras, era um passo na consolidação das contas da EMEL e da Câmara. -----

----- Por isso, ao contrário das afirmações que tinham sido feitas, era um modelo com o qual se sentia particularmente satisfeita e que, parecia-lhe, todos os trabalhadores da EMEL se sentiriam satisfeitos. -----

----- Parecia-lhe que o Deputado Municipal Heitor de Sousa padecia de um mal e não queria de maneira nenhuma ofender ninguém, quem a conhecesse sabia que tinha sempre o maior cuidado, o maior rigor nas afirmações que fazia, acima de tudo estava a honra das pessoas e a honra do Deputado Municipal Heitor de Sousa valia tanto como a sua, pelo que seria incapaz de o ofender ou levantar qualquer tipo de insinuação. No entanto, costumava dizer o povo que “quem mal não vê, mal não pensa” e o Deputado Municipal Heitor de Sousa via tanto mal que até se assustava com o que pensaria. Não sabia que pensamentos o Deputado Municipal Heitor de Sousa teria sobre a vida. -----

----- O que se apresentava estava escrito, estava documentado e, como dissera o Deputado Municipal Rui Roque, fora distribuído num CD, não só a todos os membros do Conselho Geral, como a todos os Vereadores na Câmara. Mais, hoje em dia a tecnologia de reprodução em CD não só era ecologicamente sustentável, como não tinha custos extraordinários. Teria todo o gosto em dar-lhe 3 ou 4 cópias do Plano de Negócios, que, como todos os planos de negócios, não era um plano quinquenal, ia sendo ajustado à medida da actividade da empresa. -----

----- Estava seguríssima de que era uma boa proposta, estava seguríssima de que com a proposta aprovada se poderia apresentar em Câmara, o mais breve possível, o Plano de Actividades e Orçamento para o próximo ano e assim lançar uma nova fase na vida da empresa, que considerava fundamental para a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 577/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e votos contra do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA Nº 2/2007 – APROVAR A FIXAÇÃO DA DATA PARA O INÍCIO DO PAGAMENTO À SOCIEDADE PARQUE EXPO 98 S.A. DE JUROS SOBRE A IMPORTÂNCIA EM DÍVIDA, CONFORME PROPOSTA Nº20/2005, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) E B) DO N.º 2 E B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que, no ver do PCP, a proposta 2/2007, pelas omissões, falta de transparência e de rigor, acabava por gerar mais problemas interpretativos do que aqueles que se dizia pretender resolver. Aliás, parecia-lhe que ela bem se podia integrar dentro do espírito emanado por uma palavra agora muito utilizada no novo léxico político, embora não gostasse da palavra, mas era um bocado uma trapalhada. -----

----- De facto, ao que parecia, desde 31 de Dezembro de 1999 que a Parque Expo deveria ter cessado os poderes excepcionais de gestão que lhe haviam sido conferidos. No entanto, só em princípios de 2005 era acordada a transferência das competências. Estava-se em 2007 e ainda não se concretizara qualquer transferência entre a Parque

Expo e a CML. A razão porque não fora ainda possível regularizar essa transição era qualquer coisa que se continuava sem saber e não era questão de somenos importância, com ela permitir-se-ia à Câmara realizar uma série de receitas certamente não desprezíveis. Falava de tarifas sobre estacionamento, uso de espaço público, publicidade, resíduos sólidos, etc. -----

----- A actual situação financeira da Câmara parecia determinar um esforço na maximização do potencial das receitas a realizar e não era isso que parecia estar a acontecer. -----

----- O Senhor ex-Vice-Presidente dissera na discussão da proposta em Câmara que “esta proposta é no sentido de desligar o pagamento dos juros da dívida à Parque Expo, que está perfeitamente acordada, da transferência da gestão urbana e que os juros possam começar a ser pagos a partir de 1 de Janeiro deste ano”. Algo que devia ocorrer em simultâneo deixava de o ser e era o próprio preâmbulo da proposta que o pretendia justificar, “a demora de pagamento de juros clausulados sobre a importância em dívida impõe à Parque Expo um sacrifício injustificado”. Atitude sem dúvida generosa, pena era que com o sacrifício imposto à Câmara pela não concretização da transferência de poderes já não se pudesse registar a mesma generosidade. Ao que parecia, havia assim dois pesos e duas medidas. -----

----- De facto, os juros de uma dívida que, ao que fora dito, estava integralmente paga tinham que se começar a pagar já, em contrapartida a transferência de poderes sobre aquela zona parecia aguardar a constituição de uma nova sociedade de gestão, mais uma, entre as Câmaras Municipais de Loures, que, ao que sabia, representava 20% do interesse na zona, e a de Lisboa, que detinha os restantes 80%. -----

----- Por tudo isso, o PCP iria votar contra a proposta 2/2007. Contudo, não resistia a terminar sem citar mais uma vez o Senhor ex-Vice-Presidente, que dizia durante a discussão da proposta o seguinte: “Nessa altura havia uma possibilidade de que a gestão poderia passar para a CML logo durante o ano de 2005, mas como também é sabido, deixei nessa altura de ter responsabilidades na CML e isso também terá ajudado a que as coisas não tivessem avançado mais rapidamente”. -----

----- Ora, o Senhor ex-Vice-Presidente voltara, como todos sabiam, a deixar de ter responsabilidades na Câmara Municipal. O que iria reservar o futuro? -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a proposta 2/2007 tinha por objectivo desligar o pagamento dos juros da dívida à Parque Expo da transferência da gestão urbana, de modo a dar-se início ao processamento do pagamento dos juros sobre a importância em dívida. -----

----- Em 2005 teriam sido concluídas negociações entre as duas instituições, ficando prevista a regularização da gestão urbana, das acessibilidades e da TRIU, resultante de um deferimento do pagamento da dívida em 18 anos e respectivos juros. Faltavam, porém, valores numéricos, designadamente qual a importância em dívida da Câmara à Parque Expo, quais os juros sobre essa importância, qual o valor deduzido em custos de acessibilidades e expropriações. -----

----- No ponto 1 pedia-se que se pronunciassem sobre os juros da importância que estivesse em dívida, mas quais eram a dívida e os juros? -----

----- No ponto 2 pedia-se que se interpretasse o valor deduzido em custos de acessibilidades, mas qual era esse valor? -----

----- Pedia-se que se ponderasse sobre deliberações contidas numa tal proposta 20/2005 e na nota explicativa que a teria acompanhado, mas nenhum desses documentos fora distribuído em anexo à presente proposta, motivo pelo qual seria extremamente difícil à Assembleia Municipal, senão mesmo impossível, compreender o enquadramento do acordo. -----

----- Também não era explicitado se subsistiam dívidas da Parque Expo à CML e, se existissem, o que fundamentava o saldo entre as duas dívidas. -----

----- De facto, de concreto não se sabia o que estavam a deliberar. A proposta estava displicentemente informada. Afinal, quais os valores e os critérios do que se propunha que hoje fosse aprovado? -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egipto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra, disse que decorrendo da proposta 2/2207, nomeadamente sobre aquilo que fora o protocolo de pagamentos da CML à Sociedade Parque Expo, que já tinha sido objecto de deliberação, quer por parte da Câmara, quer por parte da Assembleia Municipal, havia uma situação que queria de alguma forma questionar a Câmara e o Senhor Presidente. -----

----- Paralelamente ao protocolo de pagamentos, referia-se aquilo que no mandato anterior fora terminado pelo Dr. Santana Lopes, que era a sociedade de gestão urbana tripartida, ou sociedade de gestão inter-municipal. O actual Executivo, na sua opinião bem, tinha retomado essa matéria e da transcrição da acta da sessão de Câmara era referido esse aspecto, imputando a falta de funcionamento dessa sociedade inter-municipal ao Município de Loures. -----

----- Não sabia se era do Município de Loures ou do Município de Lisboa, o que sabia, enquanto Presidente da Junta dos Olivais, era que hoje o Parque das Nações tinha problemas gravíssimos de mobilidade, de trânsito, de ocupação do espaço público por tudo o que fosse automóvel. Eram notórias algumas dificuldades financeiras que o Município atravessava, mas não conseguia compreender que passados 9 anos a CML, pelo menos naquilo que dizia respeito ao estacionamento, não conseguisse pôr cobro à situação e não conseguisse obter uma boa fonte de receita para os cofres do Município. -----

----- Muito concretamente, a questão que queria colocar ao Senhor Presidente era se estava previsto ou não a sociedade inter-municipal gerir o Parque das Nações e, se estava, para quando, porque nesse protocolo de pagamentos entre a Câmara e a Parque Expo dizia-se que a CML iria assumir essa gestão. Até hoje nada acontecera e era preocupante a situação que se vivia hoje no Parque das Nações, nomeadamente nos aspectos que acabara de referir. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 2/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, votos contra de PCP e PEV e abstenção do BE. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA Nº 3/2007 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DA**

PARCELA DE TERRENO, SITA NO ALTO DO LUMIAR – ÁREA EDIFICÁVEL 14, DESIGNADO POR AZINHAGA DE SANTA SUSANA, Pº Pº Nº 58/DPI/06 NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 3/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP e CDS-PP e abstenções de BE e PEV. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA Nº 6/2007 – APROVAR A SUSPENSÃO DOS CAPÍTULOS III E IV DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CARGAS E DESCARGAS E DAS BOLSAS DE ESTACIONAMENTO PARA COMERCIANTES, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO 85/AML/2004, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que baseava a sua intervenção exclusivamente na memória e, portanto, corria o risco de erro, mas alguns poderiam corrigi-lo se assim sucedesse. -----

----- Em meados de 2004 tinha sido presente à Assembleia o Regulamento de Cargas e Descargas e das Bolsas de Estacionamento para a Cidade, sob proposta do Executivo à data. Essa proposta baixara à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, que tinha reunido com os principais intervenientes no processo, o Vereador responsável pelo Pelouro, o coordenador e os membros da equipa que haviam feito os estudos base que sustentavam o Regulamento e ainda agentes económicos afectados pelas medidas ali preconizadas, nomeadamente os comerciantes que necessitavam de abastecimento diário e frequente, a restauração e os distribuidores de bebidas. -----

----- Esses últimos tinham argumentado que a interpretação à letra do Regulamento implicaria a reconversão das suas frotas, alterações profundas no tempo de funcionamento e horário de trabalho, adivinhando-se consequências ao nível do desemprego. Um processo complexo e possivelmente dispendioso, nunca suficientemente esclarecido, de controlo e taxaço da utilização das bolsas de estacionamento. -----

----- A situação apresentava-se complexa, porque se por um lado era necessário ordenar o espaço público e fornecer conforto e segurança aos concidadãos, seria também necessário atender às exigências de uma actividade importante para a vivência da Cidade. -----

----- Tinha proposto a Comissão, e assim fora aprovado pelo Plenário da Assembleia, que se ensaiasse a aplicação do Regulamento numa área definida da Cidade e durante um período de 6 meses e que os resultados desse ensaio viessem a ser presentes à Assembleia sob forma de um relatório, que então deliberaria em consciência. Tinha havido congratulações no Plenário por aparentemente se estar perante um processo inovador e moderno de gestão do espaço urbano, baseado em decisões que emanariam

do estudo, da experimentação e da avaliação. Parecia-lhe que se estaria nessa altura em Setembro de 2004. Passaram-se várias vezes 6 meses e o Regulamento nunca chegara. -

----- Chegava agora, através da proposta 6/2007, uma alteração profunda do regulamento, por força de uma decisão judicial. Era sobre esse aspecto, numa óptica política, que chamava a atenção. -----

----- Havia um tempo a esta parte que a acção do Executivo Municipal vinha sendo guiada por uma crescente e assustadora interferência dos tribunais em matérias sobre as quais o órgão deliberativo, a Assembleia, se havia pronunciado através de deliberações que, se tivessem sido ouvidas e respeitadas, talvez tivessem evitado problemas. -----

----- Era pois com carácter mais simbólico que efectivo, como denúncia, que o PCP se absteria na proposta e fazia à Senhora Vereadora responsável pelo Pelouro a pergunta: e agora? -----

----- Nessa espécie de jogo da glória, avançar 4 e recuar 5, em que o Executivo Municipal parecia ter caído, o que se seguiria? Que políticas de estacionamento e de mobilidade para a Cidade de Lisboa? -----

----- Aproveitava a oportunidade para fazer duas ou três perguntas sobre a EMEL, sem ironia mas talvez com ingenuidade. -----

----- Toda a empresa tinha por fim produzir bens ou prestar serviços. Então, que bens produzia e que serviços prestava a EMEL? -----

----- Cuidava dos carros quando se alugava um alvéolo, não permitindo que os roubassem ou maltratassem? Não. -----

----- Cuidava do espaço urbano? Tapava os buracos no pavimento? Tornava cómodos e seguros os passeios? Cuidava da sinalização horizontal? Não. Havia buracos, os lancis estavam desalinhados, as pinturas dos pavimentos mal se viam. -----

----- Não era essa a obrigação da EMEL? Tratar do espaço urbano? Então, para que servia a EMEL? -----

----- A EMEL era uma empresa autofágica, que consumia os seus próprios recursos. Então, não se podia exterminá-la e todos voltarem a ser donos do seu território? Caber a todos ordená-lo e usufruí-lo sem parasitismos? -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, disse que, como o colega que falara anteriormente, também se servia da memória, um pouco gasta e pedia desculpa se algum dos aspectos não estivesse bem situado. -----

----- Esperava que a memória não a atraçoasse, como atraçoara o Regulamento Municipal de Cargas e Descargas que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal anteriormente. Era então Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação e estava feliz por ver que a Cidade onde era autarca iria ter um Regulamento de Cargas e Descargas que finalmente parecia que ia ser cumprido e que iria efectivamente regular esse grande problema da Cidade de Lisboa. -----

----- O problema das cargas e descargas era enorme para a Cidade, para quem queria circular por via automóvel ou livremente como peão na Cidade de Lisboa. Não era possível por mais tempo manter os carros nos passeios, as obras de tal forma desorganizadas que não respeitavam quem estivesse a circular na Cidade, quem vivesse ou quem viesse visitar ou trabalhar. -----

----- Sabia-se que havia problemas graves com as empresas de pequena dimensão, que tinham dificuldade em fazer as descargas no horário que lhes era pedido, de madrugada, mas o certo era que teria que haver regras e tinham que ser cumpridas. -----

----- Acontecia que o outro Regulamento não fora cumprido, não fora implementado, não fora nada. Existia para consolo intelectual de que existiria um Regulamento, mas nunca fora cumprido pelas várias partes. -----

----- Para poder votar em consciência e com toda a responsabilidade do acto de votar, tinha lido com atenção as intervenções na Câmara, identificava-se quase totalmente com a intervenção da Vereadora eleita nas listas do PS, Isabel Seabra, mas gostaria de ouvir da parte da Senhora Vereadora Marina Ferreira, actual responsável, esclarecer se o actual Regulamento estava testado, se as regras eram conhecidas, se tinha a certeza de que poderiam ser implementadas. -----

----- Que apoios teria também do Poder Central para que os locais de bolsa de estacionamento para cargas e descargas ficassem livres, como nas outras cidades europeias? -----

----- Em nenhuma outra cidade europeia se via essa forma pouco civilizada de ver um espaço livre e estacionar. Até por vezes via as pessoas com carta de condução verem um jovem arrumador e perguntarem se poderiam estacionar. Então, quem tinha carta não sabia as regras e ia perguntar ao jovem se podia estacionar? -----

----- Mas quem lhe garantia que cumpria e não estacionava e a seguir vinha um esperto ou uma esperta que estacionava e nada acontecia? -----

----- A carga e descarga, por vezes estava livre o espaço e estava a descarregar mesmo em frente ao estabelecimento, prejudicando os carros de bebé, deficientes, ou fosse quem fosse, que tinha todo o direito de circular. -----

----- Que garantias dava a Senhora Vereadora Marina Ferreira de que esse Regulamento não era mais um para se ficar a dizer que não fora possível implementá-lo, que não era possível cumpri-lo e estariam de novo dentro de dois anos a discutir um novo Regulamento? -----

----- Se lhe dessem, dentro das possibilidades que a Câmara tinha para dar, essas garantias, então votaria de forma diferente da que estava a pensar votar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o primeiro Executivo PSD, 5 anos antes, no seu programa eleitoral, para a questão da mobilidade tinha, entre outros, dois grandes projectos, o túnel do Marquês e o Regulamento de Cargas e Descargas. O túnel do Marquês estava sopitando havia longo tempo. As cargas e descargas, era ver o que acontecia quando traziam uma proposta desse tipo. -----

----- Disciplinar as cargas e descargas era realmente muito importante para a Cidade de Lisboa e o Regulamento fora aprovado por unanimidade na Assembleia. -----

----- Não ia fazer o histórico, que já tinha sido feito pelo Deputado Municipal Silva Dias e muito bem feito, com quem, em representação do PCP, pertenciam à Comissão de Urbanismo e Trânsito, que tinha discutido essa questão e que fora bem orientada. No entanto, o trânsito, como todos reconheciam, estava cada vez mais caótico e a ausência do Regulamento de Cargas e Descargas contribuía fortemente para isso. -----

----- Sem recorrer muito ao histórico, queria referir um facto, era que o Regulamento não tinha sido aprovado sem condições. A primeira condição, como já fora referido, era que ao fim de 6 meses ele viesse de novo à consideração da Assembleia. -----

----- Agora recorrendo directamente ao histórico e à acta da Assembleia, aquando da sua aprovação, o PCP, através de si, tecera as seguintes considerações: -----

----- “De qualquer forma, a alteração já referida ao artigo 28 fazia com que o PCP votasse favoravelmente o Regulamento, embora com reservas de que poderia haver sérios problemas na sua aplicação. O PCP votava favoravelmente porque não queria obstacularizar o processo em curso”. -----

----- Já então o PCP levantava sérias reservas e justificadamente, como agora se via. ----

----- A Senhora Vereadora Marina Ferreira dizia que o Executivo tinha muita coragem em aplicar a tecnologia avançada, porque isso contribuiria até para o progresso das tecnologias em Portugal e, portanto, era fomentar esse caminho. Não contestava isso, só que não tinha havido o mínimo de prudência. -----

----- Fazendo uma analogia, se fosse um empresário que quisesse produzir um produto novo, com uma nova tecnologia, o que é que fazia? Construía a fábrica, as infra-estruturas, contratava os trabalhadores e depois? Não considerara que a tecnologia podia ser aplicada, a fábrica não produzia nada e ia à falência. -----

----- Neste caso, analogicamente, também se passava isso. Não tinha havido prudência, tinha havido incompetência, porque se fizesse isso como empresário era incompetente, levaria a fábrica à falência. Neste caso a Câmara não ia à falência, mas revelava uma vez mais a sua incompetência e não a coragem que a Senhora Vereadora Marina Ferreira dizia ao tomar essa decisão. Ao tomar a decisão devia ter garantido que essa tecnologia avançada funcionasse. -----

----- Parecia-lhe mais um projecto falhado da Câmara. A Senhora Vereadora Marina Ferreira não podia garantir quando estaria a funcionar, mas devia, antes de aprovar o Regulamento, ter havido uma fase experimental, como, aliás, referira na sua intervenção como metodologia. Devia-se ter garantido que a tecnologia avançada funcionasse. -----

----- Da parte do Executivo já deveria ter havido uma informação, para além daquela promessa dos seis meses. Havia meses que tinha feito um requerimento à Câmara, em nome do PCP, em que se pedia na alínea a) que a Câmara dissesse quando pretendia cumprir o artigo 28º do Regulamento apresentado à Assembleia e na alínea b) para quando o alargamento a todas as áreas da Cidade. Não tinha havido resposta a esse requerimento, o que de certo modo também podia representar um menor respeito pela Assembleia. -----

----- O que estava em causa era a capacidade da Câmara em concretizar os seus projectos e este era mais um projecto falhado. O PCP iria abster-se mais uma vez, nada mais podia fazer nessa proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que era uma proposta muito curiosa, porque o universo principal sobre o qual incidia supostamente o Regulamento de Cargas e Descargas e Estacionamento Comercial, que eram os pequenos veículos comerciais, esse universo ficava suspenso da proposta. Em

tese estava-se a votar o Regulamento Municipal de Cargas e Descargas e de Estacionamento Para Actividades Comerciais, mas ao mesmo tempo estava-se a dizer que na maior parte dos veículos sobre o qual incidia pura e simplesmente esse Regulamento não ia ser aplicado, o que era uma coisa extremamente curiosa. -----

----- Não sabia se o modelo de funcionamento do actual Executivo Municipal passava pela generalização da prática da suspensão de actividades, que já começara em alguns Vereadores e que pelos vistos se estendia agora também à aplicação de regulamentos de estacionamento. Não sabia se esse era o formato ideal da Actividade do Executivo Municipal. Se fosse assim, a Senhora Vereadora Marina Ferreira não tinha que se preocupar com a sua atitude em relação à vida, porque a atitude do Executivo Municipal alegrava bastante o quotidiano, uma vez que tornava a política, no sentido real do termo, muito mais ridícula de poder ser apreciada pelos cidadãos da Cidade. ----

----- Como não acreditava que essa tivesse sido a opção dos Senhores Vereadores e da actual maioria municipal, a proposta colocava um outro problema, para além daqueles que já tinham sido muito bem evidenciados pelas intervenções anteriores, nomeadamente pela intervenção do Arquitecto Silva Dias, que fazia apelo à memória do passado e com a qual estava plenamente de acordo. Para além desse aspecto, a aprovação da proposta colocava um outro problema que não queria deixar de chamar à atenção da Câmara, que era um problema de iniquidade social face a uns que teriam que ser sujeitos ao Regulamento e que, por exemplo, iriam pagar taxas, e outros que estariam isentos delas pelo facto do Regulamento ser suspenso. -----

----- Independentemente do conteúdo do Regulamento, parecia-lhe fora de tempo estar a aprová-lo, sendo que na maior parte dos veículos sobre os quais incidia não iria ter aplicação. -----

----- Fazia um apelo à Senhora Vereadora Marina Ferreira para que se pusesse de bem com a vida de todos os que exercessem uma actividade comercial na Cidade e que não os tratasse de forma diferente. Ou se tratava uma determinada actividade de uma determinada maneira e as regras do jogo eram claras, transparentes e aplicáveis a todo o universo, ou mais valia estar quieto e não mexer naquilo que já estava em funcionamento, porque ia haver grande confusão. Talvez se assistisse, porventura, a algumas manifestações de protesto justas, que população estava a desenvolver por esse País fora, por exemplo contra o encerramento injustificado de serviços de saúde, talvez os comerciantes da Cidade decidissem vir para a rua e para a porta do Gabinete da Senhora Vereadora protestar contra a forma desigual como eram tratados pela actual maioria municipal. -----

----- Se a Senhora Vereadora quisesse aceitar um conselho seu, retirasse o Regulamento todo, não o votasse nesta sessão e que o votasse quando tivesse condições da sua aplicação integral. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que já estava a ficar admirado por o Deputado Municipal Heitor de Sousa não intervir numa proposta relativa à Vereadora Marina Ferreira, porque era uma marcação bastante evidente ao longo do mandato. Havia ai qualquer coisa que ainda não tinha percebido bem. -----

----- Em relação à proposta, aquilo que se estava a discutir era a suspensão de uma parte do Regulamento. Tinha sido aprovado em devido tempo, tinha sido louvado por toda a gente e trazia alguns aspectos de inovação tecnológica que eram na altura e agora *avant garde* em relação àquilo que eram as novas tecnologias nessa área. -----

----- Recordava, e era bom que houvesse memória, que já tinha havido imensos regulamentos de cargas e descargas e nenhum funcionara. Lembrava-se no tempo do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. João Soares, havia imensos regulamentos que foram aprovados e postos em funcionamento na Cidade e nenhum funcionara. -----

----- Subscrevia as palavras da Deputada Municipal Ana Sara Brito, que também manifestara a preocupação que isso representava em termos da mobilidade na Cidade, era uma proposta de coragem, porque chegava-se à conclusão de que a tecnologia apontada para a solução de criação das bolsas de estacionamento, com as regras que o próprio Regulamento referia, não estavam ainda em condições, havia algum atraso. Compreendia-se perfeitamente isso. -----

----- O que gostaria, e fazia suas as palavras da Deputada Municipal Ana Sara Brito, era que não se demorasse muito tempo. Se por acaso as tecnologias apontadas como sendo as mais avançadas, por qualquer razão, não pudessem ser exequíveis e isso era sempre possível, porque em termos de novas tecnologias por vezes a mente avançava mais que a realidade, que se arranjasse outra solução que rapidamente fizesse com que a suspensão tivesse o prazo mais curto possível. Era esse o apelo que pessoalmente fazia e que certamente seria também o sentimento dos Deputados Municipais do PSD. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra, disse que começava por pegar nas palavras do Deputado Municipal Victor Gonçalves, para dizer que se sentia muito honrada com a marcação que lhe vinha sendo feita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, apesar de um pouco preocupada, porque do pouco que sabia de futebol, só se fazia marcação um a um quando o perigo não era grande. Gostava de avisar que, além disso, convinha fazer marcação à zona. -----

----- Tinha ponderado longamente acerca da proposta a apresentar à Câmara sobre o Regulamento, porque como sabiam todos os Senhores Deputados Municipais, um dos principais problemas do trânsito na Cidade de Lisboa estava relacionado com a indisciplina das cargas e descargas, não era o único, mas era um dos grandes problemas. Daí que tendo em cima da sua mesa um Regulamento que fora votado por unanimidade na Assembleia Municipal, depois de um intenso trabalho de negociação com os comerciantes, com os transportadores, com os distribuidores de bebidas, com a sociedade em geral e que merecera o apoio unânime, parecia-lhe que devia fazer todos os esforços no sentido de no mais curto espaço de tempo o ter em vigor. -----

----- Enquanto Jurista, também aprendera nos bancos da Faculdade que quando existia uma norma ela tinha que ser cumprida e não havia nada pior que existir uma norma que, por razões técnicas, tecnológicas ou outra circunstância, não pudesse ser cumprida no imediato. -----

----- Ao ver os Senhores Deputados Municipais a falar, tinham-na feito recuar àquele programa de televisão hoje tanto em voga, “Os Grandes Portugueses”. Seguramente, ninguém iria votar no Infante Dom Henrique, que lá do alto do Promontório de Sagres

tinha arriscado imaginar que havia um mundo do outro lado do mar, como a Assembleia Municipal no anterior mandato arriscara imaginar que existia uma solução tecnológica e inovadora para resolver o problema das cargas e descargas. Existia mesmo terra do outro lado do mar e podia garantir que existiam mesmo soluções inovadoras para a regulação das cargas e descargas em Lisboa, que estariam muito em breve à disposição da Cidade para serem utilizadas. Só que o dilema com que se confrontara era o de ter que continuar e ter a certeza de que o sistema estava operacional, ou começar desde já a fazer a fiscalização das cargas e descargas sem os meios tecnológicos necessários. Era essa opção que agora trazia, a opção de começar a fiscalizar desde já as cargas e descargas sem os meios tecnológicos que, no mais curto espaço de tempo, gostaria de apresentar e começar a disponibilizar aos distribuidores em geral. -----

----- Recordava o apelo que tinha sido deixado pela Deputada Municipal Ana Sara Brito, era um problema que abrangia a intervenção da Polícia Municipal, da EMEL e também da Administração Central. -----

----- O Senhor Ministro António Costa, em Resolução do Conselho de Ministros da semana passada, já tinha reorientado toda a actividade de segurança, reforçando claramente o papel da CML no que se referia à segurança no trânsito. Registava esse passo do Ministro António Costa e do Governo, porque era uma necessidade que há muito se fazia sentir na Cidade, que muitos Presidentes da Câmara de Lisboa vinham reivindicando e que, tanto quanto lhe era dado perceber pela Resolução do Conselho de Ministros aprovada, iria finalmente começar a ser desenvolvida e a CML poderia começar a assumir responsabilidades cada vez mais acrescidas nessa matéria. -----

----- Daí que as garantias que podia dar à Deputada Municipal Ana Sara Brito, da articulação que vinha sendo feita com o Governo, era que aprovada essa Resolução do Conselho de Ministros iria começar-se a trabalhar no sentido de rapidamente dotar a Cidade de meios de fiscalização do trânsito cada vez mais actuantes. Evidentemente, era um trabalho que tinha que ser feito entre a Câmara e o Governo nesta fase, que estavam muito empenhados nesse trabalho. Estava em crer, por aquilo que fora dito pelo Senhor Ministro e pelo Senhor Secretário de Estado, que também era esse o desejo do Governo. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Feliciano David, disse que não tinha estado no mandato anterior, mas parecia-lhe que a perspectiva que era dada relativamente àquilo que eram os compromissos do anterior Executivo quanto à mobilidade e transportes fora claramente redutora. Lembrava, por exemplo, que foram condicionados ao trânsito alguns bairros históricos, o que constituía um marco fundamental na Cidade de Lisboa. Tinham sido significativamente alargados os corredores bus, fora criado um sistema também ele inovador, que funcionava e que neste momento estavam várias cidades no mundo inteiro interessadas em dispor desse sistema de corredores bus intermitentes que foram testados na Cidade de Lisboa. -----

----- Mais, tinha sido proposta a municipalização das empresas de transporte. Tinha sido proposta a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes. Foram várias as propostas do anterior Executivo que constavam na área dos transportes, umas foram

conseguidas, noutras avançara-se significativamente, outras foram paradas posteriormente pelo actual Governo e isso lamentava. -----

----- Neste momento não era essa matéria que trazia, o que trazia era pura e simplesmente a escolha entre começar desde já a fiscalizar as cargas e descargas com base na sinalização tradicional existente no Código da Estrada, ou continuar a aguardar por um prazo que desejava que fosse breve, pelos sistemas tecnológicos que iriam ser implementados na Cidade de Lisboa. Pela sua parte, de uma forma pragmática, preferia desde já utilizar a velha tecnologia do sinal do Código da Estrada e continuar a insistir muito com os parceiros tecnológicos no sentido de, no mais breve espaço de tempo, poder dotar de tecnologia que iria seguramente pôr Lisboa na frente das capitais europeias no que se referia ao ordenamento das cargas e descargas. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Vereadora Marina Ferreira tinha falado de técnicas e táticas futebolísticas, mas parecia-lhe que, segundo várias notícias que tivera de outros Deputados Municipais, tinha feito a marcação exactamente ao contrário. -----

----- Passando por cima disso, dizer que a Autoridade Metropolitana de Transportes não tinha sido proposta pelo anterior mandato nem pelo anterior Executivo, era uma realidade no papel que já existia há muitos anos. Quem andava pela Área Metropolitana e pela Assembleia Metropolitana sabia perfeitamente que essa questão era debatida há muito tempo. -----

----- Gostava que nalgumas situações se voltasse a uma experiência anterior, que era a Câmara apresentar as propostas. A Senhora Vereadora Marina Ferreira já numa proposta metera uma intervenção que tinha na Rua da Bestesga, mas parecia-lhe que era a Câmara que estava na Rua da Betesga e não estava a ver realmente aquilo que se passava na Cidade. -----

----- O que se tratava não era de outro Regulamento, o que se tratava era da suspensão de dois capítulos do Regulamento que tinha sido amplamente discutido e trabalhado na Assembleia Municipal, na Câmara, pela Comissão. Como Presidente na altura tinha recebido várias entidades que vieram à Assembleia discutir e participar na preparação do Regulamento, que nunca mais fora revisto e que nunca fora posto em prática. -----

----- A questão que queria colocar ao Senhor Presidente e à Senhora Vereadora era porque tinha a informação de que a suspensão proposta pela Câmara, inicialmente de todo o Regulamento mas por acção de outras forças políticas e também do PCP se reduzira à suspensão de dois capítulos, era porque havia uma providência cautelar dos comerciantes que suspendia o Regulamento. Havia ou não uma providência cautelar que determinava a suspensão do Regulamento? Se era verdade, e tinha essa informação, agradecia que a Câmara tornasse isso público. -----

----- O que estava aberto era um caminho para não se fazer coisa nenhuma e nunca mais se resolver os graves problemas das cargas e descargas na Cidade de Lisboa. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra, respondeu que tinha sido pedido pela Senhora Vereadora Rita Magrinho e tinha-lhe enviado toda a documentação existente sobre isso e, portanto ao grupo do PCP na Câmara Municipal. Não havia nenhum segredo sobre essa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 6/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e uma Deputada Municipal do PS, abstenções de PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, eleita na lista do Partido Socialista, votei favoravelmente porque em 2004 considerei que era muito importante para a CML, seus moradores e visitantes, as regras para as cargas e descargas e nessa altura levantei algumas dúvidas sobre a sua concretização. Verifiquei agora e na prática que o Regulamento nos seus artigos 3º, 4º e 5º nunca foi cumprido. Há agora uma nova esperança com a coordenação com o Ministro da Administração Interna, António Costa, e assim sendo, perante também as respostas da Vereadora Marina Ferreira, voto favoravelmente a proposta apresentada.” -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA Nº 7/2007 – APROVAR O PLANO ESTRATÉGICO PARA A JUVENTUDE 2007/2009, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Senhor Vereador Rodrigo Saraiva**, no uso da palavra, disse que não era o PSD que trazia a proposta, não era apenas a maioria do Executivo, era sim a Câmara que trazia a proposta de Plano Estratégico de Juventude 2007/2009, aprovada em reunião de Câmara com 3 abstenções. Fora um processo participado, com vários contributos e ouvidas várias entidades, desde logo todos os Vereadores da Câmara, a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal, bem como associações de âmbito juvenil. -----

----- Tinha sido necessário efectuar um diagnóstico, tendo por análise alguns factores internos, como por exemplo a realidade de funcionamento dos serviços ao longo dos tempos e factores externos, como dados estatísticos, inquéritos a associações e jovens individualmente e a própria experiência dos técnicos da Divisão de Apoio Juvenil. Era uma análise crítica e auto-crítica, pois só assim conseguiriam ser exigentes consigo próprios. -----

----- Foram detectados 4 modelos e, dentro dos quais, as suas fraquezas e potencialidades. Em linguagem empresarial, tinha sido feita uma análise *swot*. Realçava-se uma realidade assente e habituada à subsídio-dependência; uma relação vertical em que as entidades, CML e associações, não se viam nem se relacionavam enquanto parceiros; a não abertura do pelouro a novos públicos; a concentração dos espaços na zona central da Cidade; o não ser entendido o Pelouro da Juventude com uma natureza transversal, quer ao nível interno como externo. -----

----- Perante isso, que objectivos e que estratégia? Tornar o Pelouro verdadeiramente transversal, levando à prática parcerias internas e externas e o real envolvimento de serviços camarários, empresas municipais, entidades externas e outros; criar e incentivar uma rede colaborativa entre associações; promover a integração e as

competências de jovens; estender a presença do Pelouro através dos espaços a toda a Cidade com uma consequência imediata, que era obviamente a abertura de mais espaços. -----

----- Isso deveria ser feito desburocratizando, com uma melhor gestão de fazer mais com menos, qualificando recursos e públicos, comunicando com maior eficácia. -----

----- Realçava também, dos projectos já existentes, aqueles que deviam ser mantidos, como por exemplo a Maratona Fotográfica na sua 15ª edição, iniciativa, aliás, copiada em Madrid; o Lisboa à Letra; o Toca a Abrir; a Semana da Juventude; embora com diferentes moldes; novos projectos, como o assumir a responsabilidade da continuação do antigo projecto Fórum Estudante, actualmente Futurália; a Festa do Associativismo.

----- Na promoção do associativismo, já fora mencionada a questão da rede colaborativa, onde devia ser dado enfoque ao banco de recursos on-line. -----

----- Realçar ainda a promoção de formação dos dirigentes associativos, dando-lhes as ferramentas para o exercício das suas funções e na colaboração que deviam ter com o Município. -----

----- Relançamento também do Conselho Municipal de Juventude, que estava para breve, após a discussão pública do seu regulamento. -----

----- Na qualificação e qualidade de vida dos jovens, a realidade do programa de ocupação de tempos livres dos 12 aos 18 anos, que era uma lacuna que existia, numa parceria com as juntas de freguesia. -----

----- O aumento da política editorial, no relançamento de guias juvenis e lançamento de outros novos. -----

----- O prémio de investigação multi-disciplinar sobre a Cidade. -----

----- Ao nível dos espaços, requalificar os existentes e abrir outros. -----

----- Uma nova dinâmica do autocarro multi-média da juventude e a abertura de residências estudantis. -----

----- Uma palavra de agradecimento para os Serviços de Juventude, pelo seu empenho, disponibilidade, dedicação e qualidade do trabalho efectuado, que todos conheciam através do Plano. -----

----- Uma última palavra para a Vereadora Gabriela Seara, pela visão na elaboração do documento e pela forma como tinha conduzido o processo. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Rodrigo Saraiva e elogiar a elaboração de um Programa Municipal da Juventude, que representava desde já um bom início de discussão. No entanto, considerava ser um Plano bastante complexo e de difícil aplicabilidade. -----

----- O PS não se lembrava de nada significativo que o Executivo tivesse realizado em ano e meio de mandato, pelo que era desde logo natural a desconfiança quanto à realização da proposta. -----

----- Finalmente surgia o Programa Municipal de Juventude, que mereceria o voto favorável do PS. Qualquer avanço face à actual estagnação das políticas de juventude camarárias representava para o PS uma melhoria. -----

----- Apesar da existência de um Vereador com o Pelouro da Juventude, a política de juventude não devia nem podia estar circunscrita apenas às iniciativas do mesmo. Os jovens lisboetas pretendiam mais e estavam preocupados com o seu emprego, com a qualidade do seu emprego, com a sua habitação, com a sua educação. Para o PS, a CML podia e devia ter um papel complementar em relação às políticas nacionais, desde logo representando um papel fundamental como Capital do País. -----

----- A Câmara deveria ser capaz de elaborar uma estratégia de desenvolvimento sustentado que integrasse os jovens na Cidade através de uma correcta política de habitação, de um plano de crescimento económico e de atracção de investimento que promovesse criação de emprego para jovens licenciados e a criação de uma envolvente que melhorasse os resultados ao nível da educação, especialmente quanto ao abandono e insucesso escolar. -----

----- A Câmara não vivia isolada do País e dos seus objectivos, tinha instrumentos e meios para isso. Tinha tudo a ver com as prioridades definidas. -----

----- O PS achava louvável a criação de um Observatório Municipal de Juventude, mas teria a capacidade de avaliar os dados, estabelecer indicadores em relação aos pelouros responsáveis pela habitação, pela educação e pelo emprego na Cidade? -----

----- Continuava-se a aguardar a activação do Conselho Municipal da Juventude, que, segundo o Senhor Vereador, seria para breve, o problema era que se fosse para tão breve como as políticas de juventude da Câmara, então teria que se esperar mais um ano e meio. -----

----- No Conselho Municipal de Juventude poderiam ser discutidas todas as políticas de todos os Pelouros da Vereação? O Senhor Vereador conseguiria impor aos seus colegas de Vereação que fossem avaliados pelas políticas que afectassem os jovens nos seus Pelouros respectivos? Conseguiria influenciar o rumo dessas políticas? -----

----- Duvidava bastante e podia apresentar um exemplo de descoordenação recente de todos os Pelouros e concretamente do Pelouro da Juventude, que era o Fórum Estudante, agora Futurália. Originalmente tinha sido publicitado com o slogan “Não Metas Água” e depois adiado por falta de condições. Um projecto que devia ser transversal e prioritário, não avançara nas datas previstas e publicitadas. -----

----- Havia que precaver esse tipo de erros e não meter água num fórum que era basilar para muitos jovens que procuravam o seu futuro académico. A Câmara não podia e não devia brincar com as expectativas dos jovens lisboetas. -----

----- Continuava-se ainda à espera que houvesse um forte investimento no respeitante às residências universitárias, forte bandeira da candidatura do PSD, pois até agora a política camarária aplicada era difusa, descoordenada, sem estratégia, tornando complicado para qualquer jovem estudante sem recursos estabelecer-se na Cidade. -----

----- A política de informação aos jovens era também fundamental. O PS considerava, no entanto, incorrecta a estratégia actualmente seguida na centralização e na concentração dos espaços jovens na zona central da Cidade. Para tal, tinha feito em conjunto com outras forças políticas aprovar uma resolução na Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto. Parecia-lhe desde já que o Senhor Vereador iria acatar essas sugestões. -----

----- Expressara uma preocupação na Comissão e expressava hoje aqui. De facto, havia uma falha clara na descentralização e no alargamento dos espaços jovens a toda a área da Cidade. Os últimos exemplos eram claros, era só os Senhores Deputados Municipais atravessarem a rua e irem ao Acqua Roma, tinham lá um espaço de juventude, o último a ser aberto, que estava numa zona central de Lisboa. -----

----- A estratégia apresentada pelo PS caminhava no sentido contrário. Entendia-se que só descentralizando e permitindo que outras entidades e espaços assumissem a responsabilidade de informar os jovens sobre os problemas da Câmara, só assim se conseguiria chegar a mais jovens e informar mais jovens. -----

----- O PS continuava a não entender a recusa e casmurrice da Câmara em não participar no Projecto Agora, outra das promessas do Senhor Presidente Carmona Rodrigues. -----

----- Deixava, por último, uma advertência. Era necessário antever dificuldades, nomeadamente as dificuldades orçamentais. Como era possível aplicar essa estratégia com um orçamento tão diminuto? Era uma preocupação bastante relevante. -----

----- Deixava o conselho de perceberem que tinham que fazer mais parcerias com a sociedade civil e ter a coragem de assumir a juventude como prioridade em cada um dos Pelouros da Câmara. Só assim era possível contornar quaisquer dificuldades financeiras. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que começava quase por uma interpelação à Mesa quanto à apresentação da proposta. O PCP sempre defendera e achava bem que a proposta viesse a discussão, continuavam a defender que a Assembleia Municipal era o parlamento da Cidade e era aí que todas as questões deviam ser discutidas. No entanto, a questão era porquê a apresentação do Plano Estratégico para a Juventude e não os outros planos estratégicos. Porque é que os planos para a Acção Social ou do Desporto não vinham à Assembleia? -----

----- Por outro lado, a alínea a) do nº3 do artigo 53, que era usado na convocatória, não tinha a ver com esses assuntos e sim com questões de planeamento urbanístico. A pergunta que fazia era onde se enquadraria a proposta. No entanto, essa não era a questão essencial, só que a Senhora Presidente da Assembleia, que não estava hoje, gostava tanto de questões legais, essa era uma questão importante ver esclarecida. -----

----- Por outro lado, reafirmava o papel das comissões da Assembleia. Ainda antes da proposta ser aprovada em Câmara Municipal, a Senhora Vereadora tivera o cuidado de envolver a Assembleia nessa discussão e em sede própria da Comissão fazer essa discussão. Tinham feito uma reflexão e elaborado um documento, que também fora distribuído e, portanto, mais uma vez, quando eram criadas condições e quando a Câmara queria envolver efectivamente a Assembleia na discussão, a Assembleia respondia de uma forma muito positiva. -----

----- Entrando propriamente na proposta, começava por dizer que era sempre bom ser apresentado um diagnóstico e ter a humildade de fazer uma auto-crítica a todo o trabalho, avançando a partir desse diagnóstico para propostas no seu concreto. Isso era importante e era bom que se seguisse em muitas outras áreas. -----

----- Infelizmente, o diagnóstico não era muito positivo. Era, pegando também por essa área, mais uma prova do que vinham sendo os últimos 5 anos perdidos para a Cidade e não apenas na área da juventude, em todas as áreas. Começavam-se a habituar à auto-crítica, que era importante, mas já se tornava repetitiva. Tinha-se ouvido o Vereador Sérgio Lipari várias vezes dizer que agora estavam a fazer trabalho na área da acção social, porque antes as coisas não estavam a funcionar, na educação estava-se a fazer agora porque antes era tudo uma grande confusão, a Lx-Desporto não era nada e estava tudo mal, afinal ia-se agora retomar. Andava-se para trás e para a frente, hoje estava-se a discutir a proposta, se calhar dentro de um ano ou dois estava-se novamente a fazer auto-crítica e a dizer que estava tudo mal. Portanto, andava-se a marcar passo e a Cidade continuava sem ver os seus problemas resolvidos. -----

----- Caíam por terra, pelo meio, alguns projectos, porque ninguém se podia esquecer do tão apregoado, pela anterior Vereadora Ana Sofia Bettencourt, do Mega-Espaço Jovem. Era o grande projecto do PSD para a Cidade na área da juventude e hoje já ninguém falava dele. Que credibilidade poderia haver de que o projecto do Plano Estratégico para a Juventude era realmente agora e que dentro de um ano não se estava a dizer que era outra coisa? -----

----- Quanto ao documento, deixava para a sua colega Ana Páscoa outras questões, mas havia duas situações que para si eram importantes e essenciais, que tinham a ver com a prioridade ao Conselho Municipal da Juventude. Era necessária e urgente, e sabia que estava neste momento em discussão pública, a reactivação do Conselho Municipal da Juventude. Estava parado desde 2001 e quem acompanhava essas coisas sabia as consequências que vinham do facto de não existir esse Conselho, para o movimento associativo da Cidade e para aquilo que devia ser a promoção e o fomento do movimento associativo juvenil. -----

----- O Conselho Municipal da Juventude funcionava por vezes bem e outras vezes menos bem, mas era ali que muitas vezes se fomentava o movimento associativo, sobretudo as pequenas associações locais, e era ali que a Câmara tinha também uma visão transversal. Fora através do Conselho Municipal da Juventude, muitos anos atrás, que se tinha avançado com o projecto EPUL-Jovem, por exemplo. Era naquele espaço que os jovens tinham oportunidade de discutir... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que o espaço estava em reflexão no final de 2001, tinham tomado posse em 2002, era só fazer as contas e ver quem tinha acabado com ele. Mais, em 5 anos não tinham conseguido colocar a funcionar. Portanto, vir com a cassete da herança, quando tiveram 5 anos para reactivar o Conselho Municipal da Juventude, era muito tempo. -----

----- Quando se ouviam por aí as associações juvenis, muitas delas desconheciam o Plano. O Senhor Vereador tinha dito que fora feita consulta a várias associações, mas era bom saber que associações foram ouvidas, porque de facto o movimento associativo não tinha tido grande envolvimento. -----

----- Se queriam um projecto transversal, também era importante que não fosse feito de dentro para fora da Divisão, era importante que houvesse envolvimento de outros

serviços, porque, como fora dito, a área da juventude tinha que ter um trabalho transversal. -----

----- Uma preocupação no parecer que a Comissão elaborara tinha a ver com aparentemente o documento ser ambicioso, mas depois havia um grande desfasamento entre o documento que era ambicioso e aquilo que tinham apresentado à Assembleia como sendo as Grandes Opções do Plano para 2007, nomeadamente na área da juventude. Havia algumas ideias, criavam-se algumas expectativas, mas depois as Grandes Opções do Plano não condiziam com o documento que era apresentado, porque não tinha meios necessários para a sua concretização. -----

----- Era bom a Câmara dizer se tinha neste momento as condições necessárias para concretizar o Plano e esperava que fossem capazes de o concretizar, porque tudo aquilo que se propunha era para bem da Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que tinha analisado com todo o interesse e atenção a proposta que fora apresentada e uma primeira observação que gostaria de fazer era que, no entender do BE, teria sido útil que na elaboração do documento tivesse sido alargado o contacto e a consulta com o movimento associativo juvenil. O próprio documento referia que tinha havido uma interacção com um conjunto de associações, mas curiosamente, todas as que tinham contactado para saber como é que apreciavam o documento, como é que tinham interagido com a proposta que lhes fora presente, todas essas associações desconheciam que havia um documento. -----

----- O BE também considerava muito útil e urgente que o Conselho Municipal de Juventude começasse a funcionar e que se alargasse o contacto da Câmara de Lisboa com o movimento associativo da juventude. -----

----- Por outro lado, o BE considerava que o documento tinha virtualidades. Tinha um diagnóstico da situação actual muito interessante, crítico onde tinha que fazer críticas e desse ponto de vista era corajoso, e apresentava também objectivos e grandes projectos que, se levados à prática, certamente levariam a uma melhoria da situação actual. -----

----- O que era apresentado tinha a designação de Plano Estratégico Para a Juventude, mas o documento não era um plano estratégico para a juventude, era porventura um plano estratégico para o Pelouro da Juventude e seria útil que a Câmara tivesse um plano estratégico para a juventude, até porque era indispensável, necessário e urgente atrair a juventude para a Cidade de Lisboa. A Cidade estava a envelhecer e parecia-lhe ser consensual a todas as forças políticas a afirmação de que era indispensável rejuvenescer a população de Lisboa, era indispensável atrair juventude a Lisboa. -----

----- Ora, o documento não tratava de um conjunto de problemas, não tratava da educação, naquilo que era competência da Câmara e que não era competência do Poder Central. Não tratava da inserção dos jovens no mercado de trabalho e do apoio que a Câmara podia dar nessa área. Não tratava da habitação para os jovens. Não tratava da acção social. Não tratava do desporto. Porventura não tratava de outras vertentes. -----

----- Não era um plano estratégico para a juventude. Era um documento interessante e útil para orientar a acção do Pelouro da Juventude, mas não era o plano estratégico para a juventude de que a Cidade carecia. -----

----- **A Deputada Municipal Cristina Serra (PEV)**, no uso da palavra, começou por felicitar a ideia de retomar as reuniões do Conselho Municipal de Juventude, pena era que se tivesse perdido essa prática de reunir o movimento associativo juvenil em Lisboa, de auscultar, de estar lado a lado com as associações juvenis e perceber através do debate quais eram os verdadeiros problemas dos jovens e quais as soluções que propunham. -----

----- O PEV esperava que finalmente passasse a reunir-se com regularidade esse Conselho, que era o órgão consultivo da Câmara para questões de juventude. Pretendia determinar se havia um enquadramento da proposta 7/2007 na política governamental para a juventude, ou se se equacionava uma cooperação institucional através de um eventual protocolo de parceria com o Instituto Português de Juventude. -----

----- Era também referido que em Lisboa existiam cerca de 3 mil associações juvenis e um público alvo de cerca de 60 mil jovens e que o Plano fora apresentado e debatido num encontro que tinha decorrido na Biblioteca-Museu República e Resistência, tendo recebido o contributo de várias associações juvenis, pelo que gostaria de saber com quais tinha sido ao longo do tempo concertada a elaboração do projecto. O PEV pretendia compreender, por isso, se se tratava de uma duplicação de esforços ou se existiria complementaridade com outros programas oficiais. -----

----- Por outro lado, nem sequer era referido, apesar de na página 5 se falar de mecenato, mas tendo em consideração as Grandes Opções do Plano aprovadas juntamente com o Orçamento de 2007, a segunda área que tivera mais cortes era a da educação e juventude, perdendo mais de 67% das verbas. Qual o suporte financeiro para o Plano Estratégico? A que programas tencionava a CML candidatar-se? -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que algumas das questões a que se iria referir já tinham sido colocadas por intervenções anteriores. De qualquer forma, frisar o aspecto positivo que representava a análise da situação no respeitante à juventude na Cidade e frisar também como positiva a questão do Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Quanto a algumas preocupações, uma delas dizia respeito à localização dos futuros Espaços Jovem. Para que esses espaços tivessem de facto eficácia, deveriam ser colocados um pouco por toda a Cidade, nomeadamente nos seus aspectos mais periféricos. Esse aspecto não estava totalmente considerado e era uma preocupação que tinha o PCP. -----

----- Uma discordância dizia respeito ao ponto da qualificação e qualidade de vida para jovens, Área 1 – Medida 5.2, em que se previam linhas de crédito sobretudo para jovens de bairros sociais que quisessem prosseguir estudos. Do ponto de vista do PCP, essa orientação não era a mais correcta, ou seja, entendia que se devia continuar a privilegiar apoios sociais, nomeadamente através de bolsas de estudo. Seria uma orientação mais correcta para os jovens. -----

----- Outra preocupação tinha que ver com a situação neste momento da Senhora Vereadora Gabriela Seara, que anteriormente tinha o Pelouro da Juventude e do Urbanismo. Numa discussão que tinha havido em Comissão parecera muito preocupada e muito empenhada nas questões que diziam respeito aos jovens e, simultaneamente, às

questões de habitação, casas para jovens, residências universitárias, etc. A questão que colocava neste momento ao Senhor Presidente da Câmara, que estava com o Pelouro do Urbanismo, era qual a sensibilidade e como poderia ser feita a articulação entre uma política que se queria para a juventude mas que era transversal, nomeadamente no que dizia respeito às questões do Urbanismo. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, disse que já outras e outros colegas tinham falado sobre o conteúdo da proposta, mas o que vinha aqui dizer era que estava preocupada porque continuava-se a ver as políticas sociais, de juventude, dos idosos, dos jovens adultos, das crianças, tudo desfasado, como se vivessem autonomamente e isso tudo não tivesse que fazer cidade e estar integrado nas políticas de urbanismo, nas políticas da educação, nas políticas da reabilitação, em tudo. -----

----- Como é que podia ver bem o que lhe era presente se não tinha os outros documentos que iriam ou já tinham sido discutidos em Câmara sobre as políticas sociais? -----

----- O Vereador Lipari tinha dito que agora sim, tudo integrado, mas quando via esse “tudo” tinha sempre receio. O povo dizia que “quando a esmola é grande o pobre desconfia”, tinha desconfiado e tinha tido razão para desconfiar. Essa não era a forma de se trabalhar na área do social. Era com certeza nas décadas de 70 e 80, em que tinha havido desculpa para o fazer, no ano 2007 não havia desculpa nenhuma para que a Câmara de Lisboa, da Capital, não trouxesse um projecto integrado de políticas para a juventude, para os mais velhos, para os idosos. Utilisassem a linguagem que quisessem, mas tinha que haver uma política integrada e rede de trabalho, para que se pudessem ver os jovens, os idosos, as crianças, a educação, a cultura, a reabilitação e o urbanismo, tudo de uma forma integrada. Caso contrário, estava-se a falar dos jovens como se eles pudessem ser acantonados, ficavam muito satisfeitos e resolvia-se o problema, depois vinham os idosos, etc. Então isso era assim? -----

----- Vivia-se em conjunto e em sociedade e as políticas tinham que ser colocadas de forma integrada para que resultassem. Caso contrário, já não estaria com certeza no próximo mandato, mas os que estavam há muitos anos e continuassem diriam que estavam de novo a falar do mesmo. Não era possível aguentar isso por mais tempo. -----

----- Subscrevia o que tinham dito outros colegas, porque essas políticas teriam que finalmente aparecer de uma forma integrada, ou então era a proposta de um pelouro, não era a proposta para a juventude, não era a proposta para os idosos. Ora, o que se estava a votar não eram os pelouros, que isso era da competência do Presidente e da Câmara. Na Assembleia tinham que votar políticas sociais integradas, políticas que funcionassem em rede e políticas que se pudessem avaliar com resultados. Assim podia-se avaliar o Pelouro da Juventude, que apresentara a proposta. -----

----- Não ia votar contra, mas incomodava-lhe a forma como ia votar, porque era mais uma vez votar desgarradamente um documento que parecia nada ter a ver com as outras áreas da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Vereador Rodrigo Saraiva**, no uso da palavra, disse que muitos dos contributos e das críticas que tinham sido feitas nas últimas intervenções já faziam parte

da apreciação do Plano Estratégico da Juventude elaborado pela Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, que, quando recebido pela anterior Vereadora, tivera um despacho que passava a ler: -----
----- “Entendo as recomendações como pertinentes, pelo que devem ser observadas no decorrer da execução do Plano”. -----
----- Tinha sido positiva a observação da Vereadora aos contributos da Comissão. -----
----- A situação financeira da Câmara era de todos conhecida, estava real actualmente e quando ficavam todos preocupados com o facto do Plano ser ambicioso, obviamente que não seria tudo feito com os meios da Câmara. As parcerias público-privadas teriam que ser uma realidade para fazer face a muitas das ideias que estavam no Plano. -----
----- Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, parecia-lhe que estariam todos entendidos sobre a sua pertinência e a rapidez com que deveria passar a ser uma realidade. Havia um ponto que não fora focado nas intervenções mas que estava na apreciação feita pela Comissão, que era a necessidade de se elaborar um Regulamento Municipal para as Residências Universitárias. O que estava a ser feito eram dois Regulamentos, um que era uma espécie de guarda-chuva geral sobre o que eram as residências e outro das questões de admissibilidade às residências universitárias. -----
----- A vertente social devia ser tida sempre em conta e não só a vertente social, como também a questão do mérito académico. -----
----- Concordava com o Deputado Municipal Pedro Pinto, do PS, quando dizia que a CML não devia viver isolada do País, a CML, o PSD e o próprio PS. Quando falava de emprego, não sabia se estaria a referir-se à promessa do Eng^o. Sócrates, de 150 mil novos empregos. Não devia estar à espera que fosse a Câmara de Lisboa a resolvê-la. --
----- Sobre a questão da Futurália e como não gostava só de criticar, justiça fosse feita ao trabalho de parceria do Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, através do seu gabinete e também do Instituto Português da Juventude, para ajudar à concretização desse objectivo. Se a resposta por parte de outros ministérios, como era o caso do Ministério da Educação, da Ciência e Ensino Superior, da Administração Interna, tivesse sido tão positiva e tão célere como a da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, estaria tudo a correr melhor. -----
----- Quanto ao influenciar colegas do Executivo, se conseguisse influenciar o Secretário de Estado era bastante mais pertinente para os jovens portugueses. -----
----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Paulo Quaresma, dizer que já começava a ser cansativa a auto-crítica, permitissem-lhe dizer que o que começava a ser cansativo era o esquecimento de alguns Deputados Municipais daquilo que estava para além dos 5 anos de governação PSD na Câmara. -----
----- Sobre a consulta ao movimento associativo, dizer que para a reunião que ocorrera no Museu República e Resistência foram contactadas e convidadas por carta e mail mais de 300 associações, tendo estado presentes cerca de 30. Não era possível neste momento dizer quais foram as associações mas, se quisessem, faria chegar essa lista com todo o gosto. -----

----- Quanto às linhas de crédito, aquilo que os separava era mesmo uma questão ideológica e não mais do que isso. Obviamente, não seria a Câmara a fazê-lo. Estava-se mais uma vez a falar na questão das parcerias. -----

----- Agradecia os contributos e voltava a dizer que não era um Plano do PSD, passava hoje ainda mais a ser um Plano da Câmara Municipal de Lisboa para toda a Cidade e em específico para os jovens. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 7/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e abstenções de uma Deputada Municipal do PS e do PCP, BE e PEV. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA Nº 37/2007 – APROVAR A MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS SOCIEDADES DE REABILITAÇÃO URBANA (LISBOA OCIDENTAL, SRU, BAIXA POMBALINA, SRU E LISBOA ORIENTAL, SRU, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA H) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** informou que o Deputado Municipal Rosa do Egipto tinha declarado a sua incompatibilidade na discussão desta proposta. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que era de novo uma proposta sobre SRU e que de novo merecia o voto contra do Grupo Municipal do PCP. Em primeiro lugar porque através do protocolo se iria processar para as SRU uma transferência de competências que eram e deviam continuar a ser da Câmara e que, pelas suas características, promoviam um processo, aliás já em curso, de esvaziamento da capacidade de decisão de órgãos eleitos da Administração Local para entidades com outro estatuto, seguramente menos interessadas no correcto desenvolvimento de actos que cabiam à intervenção das autoridades públicas e também à promoção da necessária confiança dos munícipes, face àquelas autoridades. -----

----- Em segundo lugar, pela provável confusão que todo esse processo iria gerar nos munícipes das áreas sob intervenção das SRU, tendo em conta a irregularidade da sua delimitação geográfica. Na mesma rua haveria munícipes que teriam que desenvolver o seu acto de licenciamento na Câmara Municipal, enquanto outros o teriam que fazer na SRU. Não era assim que se reforçaria com facilidade a necessária ligação da população com a sua autarquia. -----

----- Em terceiro lugar porque com esse processo se iria esvaziar de trabalho corrente alguns serviços da Câmara e os seus trabalhadores, criando novos custos ao nível das SRU. Face à actual situação financeira da Câmara, que dizer? -----

----- Apesar de tudo isso, a Câmara tinha decidido avançar com a proposta que recebera os votos favoráveis do PSD, argumentando que se a Lei existia, havia que lhe dar cumprimento. Acontecia que o modelo proposto pela legislação em referência não tinha carácter de obrigatoriedade. A Câmara só avançava com o processo se assim o quisesse e a Câmara assim o quisera. Aliás, no seguimento de opções que vinham dando forma à sua política e que já estavam a dar os resultados que eram do conhecimento de todos. ---

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que a questão das SRU preocupava o BE e trazia muitas semelhanças com a discussão sobre o estacionamento. Também aqui valia a pena parar para pensar, como no estacionamento valia a pena parar para pensar. Porque é que se tinha começado a pagar estacionamento? Porque era uma fonte de receita para a Câmara? Não. Começara-se a criar estacionamento porque era um mecanismo legal de atracção ou repulsão de automóveis na Cidade. Era para isso que tinha sido criada. -----

----- As SRU eram criadas para quê? Para fazer reabilitação urbana? Não era necessário. Era o próprio ex- Vice-Presidente que o dizia, continuava a haver reabilitação na Câmara, inclusive fora anunciado que se estava a preparar um projecto para financiamento da reabilitação urbana que englobava não só a reabilitação urbana a levar a cabo pelas SRU, mas também a reabilitação urbana da própria Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, continuava a haver possibilidade de fazer reabilitação tanto pela Câmara como pelas SRU. -----

----- Isso levantava uma questão de ir às urnas, para as autarquias já eram 3 boletins de voto, teriam que se multiplicar os boletins de voto. Das duas uma, ou se votava também para as SRU e sabia-se em quem se estava a votar, ou os boletins da Câmara teriam que começar a ter uns buracos e sabia-se que naqueles buracos a Câmara não tinha jurisdição. Bastava ler o preâmbulo, “esta entidade tem a capacidade de licenciar, autorizar operações urbanísticas, expropriar, proceder a operações de realojamento, fiscalizar as obras de reabilitação urbana”. Mais, “ficam com atribuições e competências referidas nestas alíneas, que consideram-se transferidas dos municípios para as SRU, que as exercerão em exclusivo”. Era a própria Lei que dizia que a Câmara aí já não fazia nada. -----

----- Se fosse técnico da Câmara perguntaria qual era a motivação que tinha para trabalhar numa área onde depois se criava uma entidade paralela para a gerir. Isso fazia-lhe lembrar uma frase da Senhora Presidente da SRU Oriental numa Comissão em que participara, em que ela descrevia basicamente as SRU como “empresas do estilo anglo-saxónico, em que rapidamente, em 10 anos, resolvemos o problema que o Estado não consegue resolver”. E a democracia? Tinha fugido por entre os dedos nessa frase? Não era capaz de resolver e vinham as empresas fazer? Tudo bem, então que se colocassem os tais buracos nos boletins de voto, para saber em quem se estava a votar. -----

----- Era preciso parar para pensar a razão de pagar estacionamento, e bem, que era uma forma de dissuasão da utilização automóvel, não era para gerir receitas, era um mecanismo válido e perfeitamente unânime, mas era preciso parar para pensar como é que isso tudo tinha começado, era preciso perceber se não se iria entrar num processo em que daí a uns tempos apareceria uma proposta em que 50% dos lucros das SRU iam para a Câmara, depois vinha outra proposta só com 12,5%, depois vinha outra só com 5% e dava-se aos trabalhadores para motivar e entrava-se no mesmo ciclo vicioso e auto-fágico. -----

----- O próprio ex-Vice-Presidente tinha dito o seguinte, nas transcrições da Câmara: ---

----- “Já houve propostas inclusivamente de acabar com as SRU e pôr estes projectos todos dentro da EPUL. Existem propostas de eventualmente podermos associar

algumas delas. De qualquer maneira, nós estamos a tratar de empresas municipais e algumas delas são participadas pela Câmara e pela EPUL e, portanto, elas já estão dentro deste universo. Admito que possam ser feitos alguns ajustamentos nesta matéria, agora, isso não pode pôr em causa os processos de reabilitação que neste momento estão em curso. Existem SRU que neste momento estão em curso, existem SRU que estão em condições de começar já!” -----

----- Portanto, o processo estava lançado e convinha não pensar muito sobre como tinha começado, convinha era avançar já, não se podia parar de avançar, mesmo que isso depois gerasse, à luz da história das outras empresas municipais, o tipo de discussão que tinha havido anteriormente. -----

----- Continuava o Senhor ex-Vice-Presidente: “Isto é a transposição daquilo que está na legislação das SRU para este protocolo de relacionamento, que obviamente podemos concordar ou não. Não estou a querer aqui a discutir a questão da própria essência das SRU.” -----

----- Era isso que devia ser discutido, ou criava-se uma estrutura e depois avançava-se com uma série de propostas que recaíam sobre ela e que não se queria saber como tinha começado nem questioná-la, era avançar. -----

----- Tudo isso eram mais que razões suficientes para pensar que a reabilitação urbana devia ser uma competência da Câmara. Era para isso que se votava nas eleições, para que a Câmara tivesse condições, votava-se nos políticos para que fizessem a gestão da mobilidade, fizessem a gestão da reabilitação urbana, dos espaços verdes, não se votava nos políticos para depois perderem as suas competências em SRU que, segundo o ex-Vice-Presidente, levantavam questões. Ele não pensava nelas, mas existiam, só que tinha que se avançar já. -----

----- Era um caso semelhante ao da EMEL e o BE votaria contra, pelas razões que ficaram explícitas. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que depois do PER, depois da recuperação das barracas, todo esse trabalho pesadíssimo que a Câmara e a Cidade de Lisboa tiveram que suportar e ultrapassar, começara a ficar de uma forma mais evidente na ordem do dia o problema da reabilitação urbana. Todos os partidos em todas as campanhas falavam como prioridade da reabilitação urbana e de facto havia uma razão muito especial para ter essa preocupação, porque o parque edificado vinha a degradar-se de maneira continuada e a situação verificada em muitas zonas da Cidade era preocupante. Se agora ainda o era, também era alguns anos antes e havia partidos que tinham tido responsabilidade na reabilitação urbana durante muitos anos e, se não a esqueceram, pelo menos limitaram muito a sua actividade em relação à sua recuperação. -----

----- Tinham sido criadas pelo Decreto-Lei 104/2004 as Sociedades de Reabilitação Urbana, sendo que estabeleciam um território de actuação e nesse território actuavam de uma forma mais agilizada, de forma a proceder a uma recuperação urbana mais eficaz em conjunto com os proprietários dos edifícios, quer fossem municipais, quer não fossem municipais, para considerar uma forma de actuar mais próxima, mais rápida e mais eficaz. Esse era o objectivo de todos. Quem é que não desejava que a Cidade

fosse reabilitada de uma vez por todas e que os seus edifícios, nomeadamente nas zonas históricas, tivessem um aspecto completamente diferente daquele que ainda tinham e que uns anos antes ainda era pior? Quem é que não queria ver a Cidade habitada, vivida, sem as casas a cair, com tábuas nas portas, completamente devassadas, etc? -----
----- Todos conheciam a Câmara e os processos de licenciamento, as burocracias, as confusões. Ou havia uma capacidade de agilizar esse tipo de actividades, ou então a capacidade de resposta era aquela que tiveram o PS e o PCP durante 12 anos. Acreditava que quisessem reabilitar, até porque desde o tempo do Dr. Jorge Sampaio havia um Pelouro de Reabilitação Urbana, mas os instrumentos de que dispunham eram de facto pouco eficazes e o que se via era que durante 12 anos praticamente nada se tinha feito. -----

----- Parecia-lhe que as Sociedades de Reabilitação Urbana apontavam para a resolução mais rápida e mais eficaz desse problema. -----

----- A passagem de competências era ao abrigo da legislação existente, ao abrigo das competências que eram atribuídas a essas sociedades, nem mais nem menos do que a Lei prescrevia. Se alguma coisa se podia apontar em relação à proposta era o ser tardia, já devia ter sido antes. Havia muito tempo que essas competências deviam ter sido transferidas para as SRU, de forma a actuarem rápida e eficazmente naquilo que era um dos principais problemas, reabilitar o parque degradado da Cidade. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 37/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e PS, votos contra de PCP, BE e PEV e abstenção de CDS-PP. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA Nº 42/2007 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DAS PARCELAS DE TERRENO DESIGNADAS PELAS LETRAS A A N, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que era por ser verdade que toda a doação ao Município tinha que colher aprovação da Assembleia Municipal que hoje se estava perante a proposta 42/2007, em que era solicitada a afectação ao domínio público de um conjunto de parcelas doadas, num total de 1800 m2. Poderia o assunto ficar encerrado se seguissem estritamente a máxima popular de que “a cavalo dado não se olha o dente” e aceitar. Talvez mesmo louvar o doador, que concordava em tratar essas parcelas como zonas verdes, embora fossem na verdade canteiros, pois a sua dimensão a pouco mais permitia classificar. -----

----- No entanto, não se podia ficar por aí, depois de ler na página 2 da proposta que essas parcelas eram destinadas ao domínio público municipal para viabilizar a construção de dois edifícios na Rua da Penha de França. -----

----- Diziam os bons dicionários que doar era transferir de um modo legal, gratuito e desinteressado, bens e vantagens a outrem, significado que não lhe parecia ajustar-se aqui sem atritos, porque podia-se pôr a questão de saber se essa “doação” ficava ou não

aquém da obrigação que se impunha a um promotor quando propunha novas edificabilidades para os seus terrenos. Tratava-se de um benemérito ou um incumpridor? -----

----- Podia-se estar perante mais uma situação de interpretação e aplicação de conceitos mal conformada e, infelizmente, tão frequente de há tempo a esta parte, na Infante Santo, na Fábrica Barros, na Fábrica Simões, agora na Fábrica Favorita, donde viriam a resultar prejuízos graves para a Cidade. -----

----- Não se podia fazer o tempo voltar para trás nem rever o processo por causa dessa falsa doação. Era, portanto, com carácter mais simbólico que efectivo, como denúncia, que o PCP votaria contra a proposta. No entanto, faziam votos de que na revisão actual do Plano Director coubesse uma definição sem ambiguidade de conceitos, especialmente no campo dos instrumentos do planeamento, o que era um plano de pormenor, o que era um loteamento, o que era um projecto urbano. Que fossem clarificadas as obrigações de todos os agentes que trabalhavam sobre a Cidade e que houvesse um respeito pela qualidade do espaço urbano de que a Cidade carecia. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 42/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, votos contra de PCP, BE e PEV e abstenções de PS e CDS-PP. -----

----- **PONTO 10 – PROPOSTA N.º 43/2007 – APROVAR AS ALTERAÇÕES DE ÂMBITO FORMAL AOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL LX DESPORTO DECORRENTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que queria apenas deixar uma breve nota para explicar o sentido de voto do Partido Socialista. O PS era contra a criação da Lx Desporto por razões já expostas publicamente à Assembleia, à Câmara e ao Senhor Vereador em concreto. No entanto, a proposta agora em análise, 43/2007, visava exclusivamente proceder a uma alteração dos estatutos, face às alterações legislativas surgidas no âmbito do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local e da Lei da Mobilidade. -----

----- Logo, por se tratar apenas de uma alteração de âmbito formal e o enfoque da proposta não se centrar na empresa municipal *per si*, o PS votaria favoravelmente, pois era de todo o interesse que os estatutos da Lx Desporto estivessem conformes à legislação nacional em vigor. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 43/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e votos contra de PCP, BE e PEV. -----

----- **PONTO 11 – PROPOSTA N.º 68/2007 – APROVAR A ALTERAÇÃO AO N.º 1 DO ART.º 19.º DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL DE DESPORTO**

“LX DESPORTO, EEM”, QUE SE TRADUZ EM NOVA CALENDARIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DO CAPITAL ESTATUTÁRIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que o PS já expusera por várias vezes as razões que levavam a ser contra essa empresa municipal, razões essas que com a proposta ainda se tornavam mais prementes e justificadas, tendo em conta a situação catastrófica que a edilidade atravessava. -----

----- Ao contrário do exposto nos considerandos da proposta, referentes à exequibilidade da mesma, o PS não partilhava do mesmo optimismo. Face às dificuldades financeiras vividas pela Câmara, considerava-se que o capital social proposto era mais uma vez de difícil exequibilidade. Essa proposta, no situacionismo actual do Município, não fazia qualquer sentido. -----

----- Tendo em conta todos esses factores e condicionantes, o PS era frontalmente contra a Lx Desporto Empresa Municipal em primeiro lugar e contra a proposta especificamente. Pelo que já tinha dito e agora reafirmava, pelo caos que os últimos meses tinham vindo a provar, o PS votaria contra. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que em Dezembro a Assembleia Municipal tinha discutido a criação da Lx Desporto e nessa altura o PCP manifestara a sua opinião em relação a isso, também publicamente e também em reuniões com o Senhor Vereador, que tinha explicado o sentido na altura da proposta de criação. -----

----- Hoje o PCP reiterava mais uma vez a sua posição, por aquilo que na altura se discutira, que era a estranheza na criação de uma empresa municipal numa altura em que se aguardava a promulgação de uma nova legislação. Hoje estava-se a votar a alteração aos estatutos, embora fosse uma questão sob o ponto de vista formal mas de qualquer forma estava-se a verificar isso e daí o voto contra na proposta anterior e também agora. -----

----- Na altura também se estranhara que o estudo da viabilidade económica apresentado fosse em referência apenas a alguns dos equipamentos e continuava-se sem se perceber bem a razão dessa situação. Daí que hoje o PCP fosse também votar contra a alteração. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que era importante o Senhor Vereador Pedro Feist ter dado início ao debate, explicando à Assembleia as razões da proposta. --

----- Recordava o percurso que a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto tivera que fazer no final do ano anterior, ao acompanhar esse assunto, em que havia uma grande pressão por parte da CML para que a Assembleia Municipal aprovasse à pressa a criação dessa empresa. -----

----- De alguma forma, sentia-se enganado, porque o Senhor Vereador apresentava uma proposta no final do ano, dizendo que tinha conseguido um mealheiro de 3 milhões e grande parte da discussão na Comissão andara à volta disso. Parecia que os 3 milhões

iam desaparecer de repente se não fosse aprovada até ao final do ano, mas sem qualquer explicação até ao momento, esperava que tivesse a seguir, esses 3 milhões passaram a ser apenas 2 milhões e meio. O restante iria aparecer até ao final do semestre, era o que estava na proposta, e o que aparecia agora era que já não era até ao final do semestre e dava um pontapé em frente, chutando as verbas para 2008. -----

----- O Senhor Vereador ainda não tinha explicado as razões porque, afinal, o mealheiro não tinha 3 milhões e só tinha 2 milhões e meio e a proposta arrastava-se para 2008. Outra preocupação que o Senhor Vereador devia explicar era se podia ou não estar em causa a viabilidade financeira da empresa com o arrastar dos restantes 2 milhões para 2008. -----

----- Era importante aproveitar a oportunidade para o Senhor Vereador também dar o ponto de situação sobre a empresa, porque também nessa altura tinha apresentado de uma forma muito ambiciosa, que o PCP dissera que estava cá para ver, que até ao final de Março ou início de Abril a empresa já estava a funcionar e os equipamentos que estavam parados iam começar a funcionar. Era verdade que ainda não se estava no final de Março, mas era bom perceber se esse *timing* iria ser cumprido ou se aconteceria o mesmo que às verbas, seria arrastado mais uns meses. -----

----- Também era importante ouvir hoje o Senhor Vereador dizer se mantinha a previsão que fizera, e que o PCP tinha dito que não acreditava, de que com a proposta e com a criação da empresa municipal a Câmara pouparia 10 milhões de euros. Também era cedo para avaliar isso, mas já que havia as alterações todas da proposta, era bom que o Senhor Vereador viesse reafirmar se mantinha essa previsão de poupar 10 milhões de euros em 2007, ou se afinal já não eram 10 milhões, se calhar já se ia poupar um pouco menos. -----

----- Era urgente que os equipamentos comessem a funcionar e não era por acaso que se tinha terminado a sessão anterior quase “obrigando” o Senhor Presidente da Câmara a dizer algumas coisas, nomeadamente que a Câmara até dava dinheiro para alguns equipamentos, etc., porque isso fazia-lhes alguma comichão. Tinha sido de facto com o co-financiamento da Câmara, mas havia equipamentos que algumas juntas de freguesia, nomeadamente a sua e essa “boca” era para si, que conseguiram construir e colocar em funcionamento em Setembro de 2005 e a Câmara tinha começado a construir na mesma altura e ainda hoje estava com o equipamento por construir. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra, disse que não era a primeira vez, mas explicaria com muito gosto que não tinha uma fábrica de fazer dinheiro, nem pretendia alguma vez ter, mas esclarecera longamente a urgência que tinha no ano 2006, porque era possível no plano orçamental ter de lado 3 milhões de euros para o capital inicial da empresa. Naturalmente que a constituição da empresa municipal estaria pendente de várias questões, sendo que a primeira era a aprovação da Câmara, a segunda a aprovação na Assembleia Municipal, a terceira a remessa da documentação da Assembleia Municipal para o Tribunal de Contas, depois a escritura, etc. -----

----- As razões da pressão, como o Deputado Municipal Paulo Quaresma referia, tinham que ver muito com a angústia que tivera nas sessões dos últimos dois meses de Assembleia Municipal, onde infelizmente, por razões da agenda da própria Assembleia,

não se conseguia chegar às suas propostas. Essa angústia ficara consigo, mas à medida que passava o tempo ia vendo que não restaria tempo para conseguir materializar a aprovação que necessitava para remeter mais tarde ao Tribunal de Contas, para remeter depois à escritura. -----

----- Queria deixar um agradecimento público à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e aos Grupos Municipais que acederam em antecipar a proposta, já em último recurso, para ser votada. Acontecera que com o Natal, os diversos feriados, etc., não tinha dado, e os 3 milhões de euros que estavam de parte no Departamento de Desporto, como toda a gente muito bem sabia, acabaram com o fim do ano. -----

----- Tinha-se reestruturado financeiramente o cálculo do capital da empresa e dos 3 milhões tivera que se partir imediatamente para uma escritura que era de 4 milhões e meio, em vez de ser de 3 milhões e mais 1 e meio. Assim, apresentava agora uma nova proposta que já contemplava o valor por inteiro, no entanto em duas tranches, admitindo que com a soma de 2 e meio de capital inicial mais os 2 previstos para o princípio do ano seguinte fosse possível manter os pressupostos que estavam na base da proposta e que não houvesse com isso nenhuma situação mais gravosa do que a de se ter perdido o início das inscrições e que na realidade fazia deslizar ligeiramente, ou pelo menos nalguns meses os pressupostos dos cálculos financeiros e de exequibilidade dentro desses meses. -----

----- Não estava em causa a viabilidade financeira, não estava rigorosamente em causa nenhum dos pressupostos que assentaram na criação da empresa. Carecia da reunião da Assembleia Municipal e tinha grandes esperanças de que tivesse sido na semana anterior, mas não pudera por razões de agenda da própria Assembleia, porque havia grande necessidade de apresentar no Tribunal de Contas os elementos requeridos e havia necessidade de fazer a escritura. Isso não era por culpa de ninguém, mas pelas vicissitudes todas que envolviam esse longo processo burocrático. -----

----- Era a explicação que podia dar e a única explicação que tinha, mas podia dizer ao Deputado Municipal Paulo Quaresma que a empresa teria que estar a funcionar o mais depressa possível, sob risco de, através de menos dotação no Orçamento da Câmara, haver carências fortes a partir do mês de Abril. A partir daí tinha mesmo que se estar a fazer receitas, para poder fazer face aos encargos que daí advinham a partir desse mês. Tratava-se de uma sub-dotação no Orçamento da Câmara e de uma necessária existência da empresa no início do mês de Abril. -----

----- Aproveitava para anunciar que dentro das perspectivas que se puseram de entrada, continuava firme com essa tentativa de que a empresa fosse formada apenas com pessoal municipal, tanto quanto possível, e não se fosse buscar pessoal fora. Seria feita com as limitações financeiras que a situação exigia e entendia-se que dentro dos quadros da Câmara havia elementos, na sua esmagadora maioria, para completar os quadros dirigentes da empresa e os quadros técnicos de que carecia. Havia outros quadros que teriam que contratar, por exemplo professores e situações desse tipo. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 68/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por

maioria, com votos favoráveis do PSD, votos contra de PS, PCP, BE e PEV e abstenção do CDS-PP. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária, iniciada no dia 27 de Fevereiro de 2007. -----

----- Eram 18 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -----

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----